



# Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

CNPJ/MF nº 62.984.091/0001-02

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Estrutura societária: Posição acionária de 31 de dezembro de 2023

Acionistas	31/12/2023		31/12/2022	
	Ações	% Part.	Ações	% Part.
Archy LLC	132.707.280	36,40%	132.707.280	34,76%
D2HFP - Fundo de Investimento em Participações	85.679.880	23,50%	85.679.880	22,44%
Gama 1 FIM	42.839.940	11,75%	42.839.940	11,22%
Redmond FIM	42.839.940	11,75%	42.839.940	11,22%
Government of Singapore	15.300.000	4,20%	15.300.000	4,01%
Administração	—	0,00%	19.408	0,01%
Ações em tesouraria	—	0,00%	5.602.700	1,47%
Ações em circulação	45.175.512	12,40%	56.833.092	14,88%
	<b>364.542.552</b>	<b>100,00%</b>	<b>381.822.240</b>	<b>100,00%</b>

Desempenho operacional e financeiro: Desempenho operacional: Base de alunos

Base de alunos (em milhares)	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022		% Var. 23/22
	de 2023	de 2022	de 2022	% Var. 23/22	
Ensino presencial	149,2	135,0	10,5%		
Ensino EaD	319,8	269,0	18,9%		
<b>Total</b>	<b>469</b>	<b>404,0</b>	<b>16,1%</b>		

Encerramos o ano mostrando a retomada do Presencial e continuidade na expansão do EaD, com um aumento de 10,5% na base de alunos do Presencial e de 18,9% na base do EaD, o que viabilizou um aumento de 16,1% da nossa base total de alunos, em comparação ao mesmo período de 2022. **Financiamento estudantil:**

Financiamentos estudantis (em milhares)	4T23		4T22		Var.% 23/22
	4T23	4T22	4T22	23/22	
<b>Alunos ensino presencial</b>	<b>149,2</b>	<b>135,2</b>	<b>10,4%</b>		
Alunos CREDUCSUL (sistema próprio)	0,2	0,5	-59,4%		
<b>% de alunos CREDUCSUL</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,4%</b>	<b>-0,2pp</b>		
Alunos FIES (sistema público)	1,6	1,7	-3,6%		
<b>% de alunos FIES</b>	<b>1,1%</b>	<b>1,3%</b>	<b>-0,2pp</b>		
Alunos PRAVALER (sistema parceiro)	6,9	8,7	-20,4%		
<b>% de alunos PRAVALER</b>	<b>4,6%</b>	<b>6,4%</b>	<b>-1,7pp</b>		
<b>Total de alunos com financiamento</b>	<b>8,8</b>	<b>10,9</b>	<b>-19,6%</b>		
<b>% de alunos com financiamento</b>	<b>5,9%</b>	<b>8,1%</b>	<b>-2,2pp</b>		

A Cruzeiro do Sul encerrou o 4T23 com 5,9% de alunos do ensino presencial com financiamento estudantil (CREDUCSUL, FIES e PRAVALER), ante 8,1% no 4T22. **Crescimento orgânico:** A Companhia seguiu sua estratégia de crescimento orgânico com a criação de 90 novos cursos em 2023, sendo 70 em EaD e 20 presenciais. Com isso, chega ao total de 1.416 cursos ofertados, sendo 885 em EaD e 531 presenciais. **Desempenho Financeiro: Demonstração dos resultados consolidados da Cruzeiro do Sul**

Demonstração do resultado (em milhares de reais, exceto %)	4T23		4T22		Var.% 23/22	
	4T23	4T22	2023	2022		
Receita líquida	599.268	521.863	14,8%	2.297.787	2.028.320	13,3%
Custo dos serviços prestados	(319.635)	(302.655)	5,6%	(1.198.011)	(1.080.179)	10,9%
<b>Lucro bruto</b>	<b>279.633</b>	<b>219.208</b>	<b>27,6%</b>	<b>1.099.776</b>	<b>948.141</b>	<b>16,0%</b>
<b>Margem bruta</b>	<b>46,66%</b>	<b>42,00%</b>	<b>4,7 pp</b>	<b>47,86%</b>	<b>46,75%</b>	<b>1,1 pp</b>
<b>Recargas (Despesas) operacionais</b>	<b>(205.932)</b>	<b>(171.966)</b>	<b>19,8%</b>	<b>(687.637)</b>	<b>(636.495)</b>	<b>8,0%</b>
Despesas gerais e administrativas	(129.188)	(100.100)	29,1%	(451.097)	(409.485)	10,2%
Depreciação e amortização	(43.185)	(39.455)	9,5%	(137.219)	(118.413)	15,9%
PECLD (Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa)	(43.240)	(40.293)	7,3%	(131.439)	(135.354)	-2,9%
Outras receitas operacionais, líquidas	9.681	7.882	22,8%	32.118	26.757	20,0%
<b>Lucro operacional</b>	<b>73.701</b>	<b>47.242</b>	<b>56,0%</b>	<b>412.139</b>	<b>311.646</b>	<b>32,2%</b>
<b>Margem operacional</b>	<b>12,3%</b>	<b>9,1%</b>	<b>3,2 pp</b>	<b>17,9%</b>	<b>15,4%</b>	<b>2,6 pp</b>
(+) Depreciação e amortização <sup>1</sup>	(75.029)	(69.984)	7,2%	(264.400)	(238.772)	10,7%
<b>EBITDA</b>	<b>148.730</b>	<b>117.226</b>	<b>26,9%</b>	<b>676.539</b>	<b>550.418</b>	<b>22,9%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>24,8%</b>	<b>22,5%</b>	<b>2,4 pp</b>	<b>29,4%</b>	<b>27,1%</b>	<b>2,4 pp</b>
(+) Itens não recorrentes	4.376	6.437	-32,0%	7.690	30.225	-74,6%
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>153.106</b>	<b>123.663</b>	<b>23,8%</b>	<b>684.229</b>	<b>580.643</b>	<b>17,8%</b>
<b>Margem EBITDA ajustado</b>	<b>25,5%</b>	<b>23,7%</b>	<b>1,9 pp</b>	<b>29,8%</b>	<b>28,6%</b>	<b>1,1 pp</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(64.692)</b>	<b>(60.723)</b>	<b>6,5%</b>	<b>(307.783)</b>	<b>(303.606)</b>	<b>1,4%</b>
Receitas financeiras	20.744	36.697	-43,5%	103.862	127.976	-18,8%
Despesas financeiras	(85.436)	(97.420)	-12,3%	(411.645)	(431.582)	-4,6%
<b>Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>9.009</b>	<b>(13.481)</b>	<b>-167%</b>	<b>104.356</b>	<b>8.040</b>	<b>1198,0%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(2.090)	(2.021)	3,4%	(3.901)	(1.434)	172,0%
<b>Lucro (Prejuízo) líquido</b>	<b>6.919</b>	<b>(15.502)</b>	<b>-144,6%</b>	<b>100.455</b>	<b>6.606</b>	<b>1420,7%</b>
<b>Margem líquida</b>	<b>1,2%</b>	<b>-3,0%</b>	<b>4,1 pp</b>	<b>4,4%</b>	<b>4,0 pp</b>	

<sup>1</sup> No montante de "Depreciação e amortização", considerado para fins de EBITDA (R\$75.029 mil no 4T23 e R\$69.984 mil no 4T22; R\$264.400 mil em 2023 e R\$238.772 mil em 2022), constam, além dos valores dessa rubrica no grupo de "(Despesas) e receitas operacionais" (R\$43.185 mil no 4T23 e R\$39.455 mil no 4T22; R\$137.219 mil em 2023 e R\$118.413 mil em 2022), os efeitos de depreciação de direito de uso, que nas demonstrações dos resultados são alocados no grupo de "Custos dos serviços prestados" (R\$31.844 mil no 4T23 e R\$30.529 mil no 4T22; R\$127.181 mil em 2023 e R\$120.359 mil em 2022).<sup>2</sup> Itens não recorrentes: (i) Custos com reestruturação, (ii) Inauguração e Expansão de Unidades e Polos, (iii) Custos do M&A, (iv) consultorias de planejamento estratégico, e (v) IPTU retroativo de três campi. **Receita bruta e líquida:** A Companhia encerrou ano de 2023 com receita líquida de R\$2.297,8 milhões, o que representa um aumento de 13,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Contribuiu para essa variação o crescimento de alunos, que foi de 16,1% em 2023 em comparação ao mesmo período do ano anterior. **Custo dos serviços prestados:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os custos dos serviços prestados da Companhia aumentaram 10,9% ou R\$117,8 milhões, passando de R\$1.080,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, para R\$1.198,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os principais impactos para o aumento dos custos foram em salários de docentes, técnicos administrativos e preceptores em virtude principalmente do dissídio referente a 2023, além do aumento de *headcount* pela progressão de cursos e maiores custos com rescisões comparado com 2022. Também tivemos um crescimento nos custos pedagógicos, referente aos serviços de tecnologia e material EAD adquirido de terceiros, custos com sistemas educacionais e de novos custos contratados em 2023 para apoio ao ensino presencial e a distância. Contudo, os custos tiveram redução em relação à receita líquida em função das ações de eficiência operacional da Companhia. **Lucro bruto e margem bruta:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o lucro bruto da Companhia aumentou 16,0%, ou R\$151,6 milhões, passando de R\$948,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$1.099,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O aumento do lucro bruto está associado principalmente ao maior percentual da receita líquida entre os dois exercícios, influenciado pelo crescimento da base de alunos, que foi de 16,1% em 2023, comparado com o percentual dos custos. **Despesas gerais e administrativas:** As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram 10,2%, passando para o valor de R\$451,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ante R\$409,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos gastos com serviços de tecnologia e das despesas com publicidade e propaganda. **Depreciação e amortização:** A depreciação e amortização da Companhia aumentou 15,9%, passando para o valor de R\$ 137,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$ 118,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu, principalmente, pelo aumento nos investimentos em infraestrutura nos campi e em tecnologia (revitalização do *backoffice* e evolução digital da Companhia). **Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD):** As despesas com provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa da Companhia reduziram 2,9%, apresentando o valor de R\$ 131,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$ 135,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em função da eficiência na gestão de cobrança. **Outras receitas (despesas) operacionais líquidas:** A linha de "Outras receitas operacionais, líquidas" aumentou 20,0%, alcançando R\$ 32,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$ 26,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu devido ao aumento no aluguel de espaços físicos da Companhia. **EBITDA:** Em 2023, a Companhia registrou um acréscimo de 22,9% em comparação com o ano anterior, atingindo um EBITDA de R\$ 676,5 milhões, ante R\$ 550,4 milhões em 2022, justificado pelo (i) aumento da receita líquida devido ao crescimento da base de alunos (+16,1%); e pela (ii) redução dos custos em relação à receita líquida em função das ações de eficiência operacional da Companhia.

EBITDA ajustado:

Demonstração do resultado (em milhares de reais, exceto %)	4T23		4T22		23/22		Var.% 2023	2022	23/22
	4T23	4T22	23/22	2023	2022	23/22			
<b>EBITDA</b>	<b>148.730</b>	<b>117.226</b>	<b>26,9%</b>	<b>676.539</b>	<b>550.418</b>	<b>22,9%</b>			
<b>Margem EBITDA</b>	<b>24,8%</b>	<b>22,5%</b>	<b>2,4 pp</b>	<b>29,4%</b>	<b>27,1%</b>	<b>2,3 pp</b>			
(+) Custos com reestruturação	—	—	—	2.633	6.391	-58,8%			
(+) Inauguração e expansão de unidades e polos	—	408	-100,0%	—	4.505	-100,0%			
(+) Custos de M&A e outros	4.376	6.029	-27,4%	5.057	19.329	-73,8%			
<b>(-) Itens não recorrentes</b>	<b>4.376</b>	<b>6.437</b>	<b>-32,0%</b>	<b>7.690</b>	<b>30.225</b>	<b>-74,6%</b>			
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>153.106</b>	<b>123.663</b>	<b>23,8%</b>	<b>684.229</b>	<b>580.643</b>	<b>17,8%</b>			
<b>Margem EBITDA ajustado</b>	<b>25,5%</b>	<b>23,7%</b>	<b>1,9 pp</b>	<b>29,8%</b>	<b>28,6%</b>	<b>1,2 pp</b>			

O EBITDA ajustado da Companhia registrou aumento de 17,8% em relação a 2022. O valor foi de R\$ 580,6 milhões para R\$ 684,2 milhões em 2023. **Resultado financeiro:** **Receita financeira:** As receitas financeiras apresentaram uma variação negativa de R\$ 24,1 milhões, ou -18,8%, de R\$ 103,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ante R\$ 128,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa variação é ocasionada substancialmente pela redução do saldo de aplicações financeiras. **Despesa financeira:** As despesas financeiras apresentaram uma redução de R\$ 19,9 milhões, ou -4,6%, de R\$ 411,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em comparação às despesas de R\$ 431,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu, principalmente, em função da redução da dívida bruta (de débitos) diminuindo a apropriação dos juros. **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro ("IR/CS") corrente e diferido da Companhia aumentou R\$ 2,5 milhões, ou 172,0%, alcançando o valor de R\$ 3,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ante R\$ 1,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa variação refere-se, principalmente, ao incremento em 2022 de IR/CS diferido pelas diferenças temporárias, como constituição de provisões contingências e trabalhistas. **Lucro líquido:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o lucro líquido da Companhia aumentou 1.420,7%, ou R\$ 93,8 milhões, passando de R\$ 6,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 100,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Essa variação ocorreu devido aos fatores identificados nos itens acima e seus impactos relativos. **Balanco patrimonial:**

Balancos patrimoniais (em milhares de reais, exceto %)	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022		Var.% 23/22
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2022	23/22	
<b>Ativo Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	522.915	852.743	-38,7%		
Contas a receber	261.128	215.995	20,9%		
Tributos a recuperar	36.367	28.948	25,6%		
Outros ativos	41.463	23.508	76,4%		
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>861.873</b>	<b>1.121.194</b>	<b>-23,1%</b>		
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber	22.286	21.393	4,2%		
Depósitos judiciais	24.571	23.940	2,6%		
Outros créditos	80.073	63.457	26,2%		
Tributos diferidos	104.267	104.087	0,2%		
Investimentos	146	146	0,0%		
Imobilizado, líquido	583.297	519.784	12,2%		
Direito de uso	1.129.737	1.152.355	-2,0%		
Intangível, líquido	1.709.559	1.701.266	0,5%		
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>3.653.936</b>	<b>3.586.428</b>	<b>1,9%</b>		
<b>Total do ativo</b>	<b>4.515.809</b>	<b>4.707.622</b>	<b>-4,1%</b>		

Balancos patrimoniais (em milhares de reais, exceto %)	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022		Var.% 23/22
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2022	23/22	
<b>Passivo Circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	—	3.770	-100,0%		
Debêntures	198.080	232.154	-14,7%		
Fornecedores	77.870	69.368	12,3%		
Obrigações com partes relacionadas	3.166	2.948	7,4%		
Obrigações trabalhistas	127.201	143.412	-11,3%		
Obrigações tributárias	57.434	53.446	7,5%		
Dividendos a pagar	—	1.569	-100,0%		
Adiantamentos de clientes	47.549	40.820	16,5%		
Passivo de arrendamento	107.778	100.379	7,4%		
Obrigações por aquisição de participações societárias	169.438	—	100,0%		
Receita diferida	722	722	0,0%		
Outras contas a pagar	7.166	8.095	-11,5%		
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>796.404</b>	<b>656.683</b>	<b>21,3%</b>		
<b>Não circulante</b>					
Debêntures	645.867	831.242	-22,3%		
Obrigações trabalhistas	10.963	8.494	29,1%		
Obrigações tributárias	115.874	129.800	-10,7%		
Tributos diferidos	15.693	16.484	-4,8%		
Provisão para demandas judiciais	60.922	67.487	-9,7%		
Passivo de arrendamento	1.218.105	1.206.276	1,0%		
Obrigações por aquisição de participações societárias	251.953	372.756	-32,4%		
Receita diferida	8.785	9.508	-7,6%		
Outras contas a pagar	4.760	3.498	36,1%		
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>2.332.922</b>	<b>2.645.545</b>	<b>-11,8%</b>		

Balancos patrimoniais (em milhares de reais, exceto %)	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022		Var.% 23/22
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2022	23/22	
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	1.203.576	1.203.576	0,0%		
Ações em tesouraria	—	(23.133)	-100,0%		
Reserva de capital	102.993	161.978	-36,4%		
Reserva de lucros	79.914	62.973	26,9%		
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.386.483</b>	<b>1.405.394</b>	<b>-1,3%</b>		
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>4.515.809</b>	<b>4.707.622</b> </			

→ continuação

## CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

o desempenho no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). **SCImago Institutions Rankings (SIR):** Quatro de nossas universidades foram classificadas no ranking que avalia as IES e as evidências de seus desempenhos em pesquisa, inovação e impacto social. A Universidade Positivo (UP), a UNIFRAN, a Universidade Cidade de S. Paulo (UNICID) e a Universidade Cruzeiro do Sul se posicionaram entre as melhores da América Latina. **Ranking dos investidores:** Em nosso segundo ano como empresa de capital aberto, tivemos avanços importantes no ranking da revista norte-americana Institutional Investor, uma das mais renomadas publicações especializadas no setor de *equities*. Saímos de duas menções em 2022 para nove menções em 2023, nas 24 categorias existentes nos rankings do setor de educação. Ficamos na terceira colocação como: (i) melhor profissional de RI (diretor-executivo de RI, Luis Felipe Bresaola); (ii) melhor time de RI; (iii) melhor programa de RI; e (iv) melhor Conselho de Administração, na avaliação global dos investidores (*sell side e buy side*). **Avaliação do Ministério da Educação (MEC):** Recebemos conceito 5 (em escala de 1 a 5) no Relatório de Avaliação de Recredenciamento da Universidade Cruzeiro do Sul, Unifran, Braz Cubas, FSG, UNICID, UDF e CEUNSP pelo MEC, atendendo, com excelência, a todos os critérios estabelecidos. **CSED entre as 150 empresas mais inovadoras do Brasil:** Segundo o Especial Valor Inovação 2023, ficamos em 4º lugar no setor de educação. **Ranking Valor 1.000:** A CSED está entre as dez maiores do setor de educação, conquistando o 4º lugar **Festival Élan (Muros que Ensinam):** Nosso projeto Muros que Ensinam foi reconhecido no Festival Élan 2023, evento que premia *casos* criativos. O projeto foi uma forma de contribuição, por meio da educação e da arte, com um momento decisivo para muitos vestu-bulandos: o Emen, uma das provas mais importantes da vida deles. **Socialmente Responsáveis:** Todas as nossas instituições receberam o selo Socialmente Responsável, conferido pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES). O prêmio destaca instituições que promovem ações dedicadas ao bem-estar e ao desenvolvimento sustentável da sociedade com a colaboração das comunidades acadêmicas. **Ranking da Research.com:** A organização, que classifica os melhores pesquisadores do mundo, colocou a Universidade Cruzeiro do Sul entre as melhores instituições de pesquisa do país nas áreas de Medicina, Biologia e Bioquímica. **Guia da Faculdade:** A publicação divulgou os resultados de 2023 da avaliação de cursos de graduação de todas as nossas instituições. Ao todo, são 2.011 estrelas para 589 cursos avaliados (presenciais e a distância), 15% a mais do que no ano anterior. O resultado reforça a credibilidade das nossas instituições em ofertar o que há de melhor no ensino superior, fruto do trabalho e do compromisso de todos os nossos colaboradores. **RUF:** Mais uma vez, somos destaque em uma avaliação nacional. O Ranking Universitário Folha (RUF) classificou a Universidade Cruzeiro do Sul, na edição de 2023, como uma das melhores instituições privadas do Brasil. **Prêmio Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas:** Em 2023, fomos mais uma vez eleitos como uma das Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas na categoria Educação. Essa é a terceira vez que ganhamos o título, recebido também em 2019 e 2022. Idealizado e desenvolvido pela plataforma Negócios da Comunicação, o prêmio tem como objetivo identificar e valorizar as marcas que prezam pela excelência nessa comunicação. Os premiados são eleitos por mais de 25 mil jornalistas do país, que indicam três companhias em cada um dos 30 setores avaliados. **Selo IES Amiga da Iniciação Científica:** Dez das nossas instituições detêm a certificação do Semesp, que visa aumentar a visibilidade da iniciação científica como um importante passo no processo de formação profissional dos estudantes. **Selo GUPY:** A conquista é obtida a partir do feedback dado por mais de 90% dos candidatos que participaram dos nossos processos seletivos. Só em 2022 tivemos a satisfação de ter mais de 464.506 inscritos. Esse feito é fruto do compromisso do nosso time de Atração e Seleção com transparência, ética e respeito a cada uma dessas pessoas, que é o mesmo que dedicamos aos milhares de alunos da CSED. Além disso, acreditamos e valorizamos a história única de cada candidato. **Prêmio UDF-IEL:** A IES ficou em 1º lugar na etapa nacional do concurso, na categoria Instituição de Ensino Inovadora, com o projeto O Uso do Metaverso como Ferramenta dos Estágios. A iniciativa também foi a vencedora da etapa regional, no estado de Goiás. O prêmio é resultado de um trabalho dedicado, colaborativo e criativo dos estagiários, dos professores orientadores e dos coordenadores dos cursos da Instituição. **Regulação: Destaque nas avaliações do MEC:** Em relação ao Índice Geral de Cursos (IGC), ainda não foram publicados os dados de 2023. Portanto, permanecemos com os mesmos indicadores de IGC do ano anterior: CESUCA, CEUNSP, FPL, FSG, Positivo, UDF e UNIPÊ atingiram a faixa 4 do IGC. Assim, o percentual de IGC satisfatório é de 100%, considerando as instituições ativas da Cruzeiro do Sul Educacional. Em relação ao Conceito Preliminar de Curso (CPC), ainda não foram publicados os dados de 2023. Portanto, permanecemos com os mesmos indicadores de CPC do ano anterior: 98,1% dos cursos do Grupo foram avaliados com conceito satisfatório, considerando-se os últimos indicadores publicados pelo MEC. Das 277 avaliações de curso, em 2023, alcançamos 94,2% Conceitos de Curso (CC) nas faixas 4 e 5. É importante destacar, ainda, os credenciamentos Ead da UNICID, com conceito 4, e da BRAZ Cubas, com conceito 5 - o máximo do MEC. A Cruzeiro do Sul acompanha sistematicamente os resultados das avaliações externas e internas a fim de garantir a qualidade dos seus serviços educacionais, bem como a melhoria contínua dos indicadores de suas instituições e cursos. **Pesquisa e desenvolvimento:** Reconhecidos por sua excelência na produção de pesquisa, os docentes pesquisadores das IES do Grupo ministram aulas na pós-graduação stricto sensu e na graduação, bem como orientam dissertações e teses. Isso faz com que os discentes recebam, em sala de aula, um conhecimento sempre atualizado e com base no olhar crítico e científico do professor pesquisador. Também permite que os discentes dos cursos de graduação tenham a oportunidade de desenvolver projetos de iniciação científica. Essa integração aumenta a convivência dos alunos já nos primeiros anos de curso, construindo uma visão ampliada do mundo acadêmico e contribuindo para despertar seu interesse pela investigação científica e tecnológica. Os estudantes da graduação, assim como os da pós-graduação, são estimulados a participar de seminários semanais oferecidos pelos programas, das discussões semanais dos grupos de pesquisa e dos eventos científicos nacionais e internacionais (workshops, congressos e simpósios). Conheça algumas das atividades desenvolvidas pelos docentes dos programas de pós-graduação stricto sensu - mestrado e doutorado - do Grupo Cruzeiro do Sul em 2023.

Item	Total
Teses e dissertações defendidas (titulação de mestres e doutores)	256
Grupos de pesquisa científica e tecnológica certificados pelo CNPq	120
Professores/pesquisadores bolsistas produtividade CNPq	44
Professores/pesquisadores entre os melhores e mais influentes cientistas ( <i>AD Scientific Index - Top 10.000</i> )	33
Foram publicados 4.664 trabalhos científicos em periódicos nacionais e internacionais no período citado (2017 a 2020) na plataforma Scupipra, da Capes. Em relação aos artigos publicados em revistas nacionais e internacionais, os dados consolidados atualizados estão na plataforma Scupipra. No entanto, essa plataforma está indisponível. <b>Pós-graduação: formação de excelência:</b> Temos o orgulho de promover a formação e a qualificação de profissionais, cientistas e professores que passam pelos nossos cursos de pós-graduação e se tornam multiplicadores na geração de conhecimento em outras instituições de ensino superior dentro e fora do Brasil, bem como no setor privado. Os professores pesquisadores da Cruzeiro do Sul formaram em 2022* um total de 184 mestres e 53 doutores. Apresentamos, a seguir, os dados por instituição.	

Instituição de ensino	Mestres titulados	Doutores titulados
Universidade Cidade de São Paulo (UNICID)	42	5
Universidade Cruzeiro do Sul	26	13
Universidade de Franca (UNIFRAN)	41	20
Centro Universitário do Distrito Federal (UDF)	28	–
Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ)	20	–
Universidade Positivo (UP)	27	15
<b>Total</b>	<b>184</b>	<b>53</b>

\* Os dados mais recentes, disponíveis na plataforma Scupipra, da Capes, são referentes ao ano de 2022, consolidados, de acesso público e auditáveis. **Governança corporativa:** Desde 2021, quando abrimos o capital, as famílias fundadoras atuam de forma estratégica, integrando o Conselho de Administração e os comitês de assessoramento ao Conselho. Trimestralmente, os conselheiros se reúnem com a Diretoria da Companhia para assegurar a preservação dos valores que norteiam os negócios, responsáveis pelo sucesso de nossa trajetória. Com vistas ao aprimoramento contínuo da governança, criamos duas vice-presidências (Presencial e a Distância) em 2022 e mais uma em 2023 (Saúde), adotando, assim, um modelo com lideranças especializadas e focadas em cada unidade de negócio, de forma a imprimir agilidade nas respostas às demandas do mercado e dos clientes. Nossas IES são geridas por profissionais qualificados, que respondem diretamente às vice-presidências de Educação Presencial, Educação a Distância e Educação Saúde. Estão ainda estabelecidos núcleos de trabalho para a discussão de temas relacionados a sete pilares: Direitos Humanos e Inclusão; Responsabilidade Socioambiental; Empreendedorismo e Trabalhabilidade; Saúde e Bem-Estar; Inovação Acadêmica e Práticas de Extensão; Internacionalização e Redes de Cooperação; e Gestão de Produtos e Resíduos. Os núcleos são compostos por professores representantes das IES e contam com apoio das áreas administrativas para a realização de projetos de impacto social. São indicados para compor o Conselho de Administração, seus comitês e a Diretoria profissionais qualificados, com comprovada experiência técnica, profissional e acadêmica, e alinhados à nossa missão, visão, valores e cultura. A indicação considera critérios como complementaridade de experiências, formação acadêmica, disponibilidade de tempo para o desempenho da função e diversidade. Há também mecanismos informais de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, do(s) comitê(s) que a ele se reporta(m) e da Diretoria, conforme previsão do item 7.1 do Formulário de Referência da Companhia. As avaliações abrangem tanto avaliação do órgão quanto individual. Utilizamos avaliações objetivas e subjetivas: a primeira pode resultar do cumprimento de metas anuais e a segunda é realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Essas avaliações ocorrem anualmente e, de acordo com os resultados, são implementados planos de ações para aprimorar o funcionamento dos órgãos. **Conselho de Administração:** O Conselho de Administração é composto, atualmente, por nove membros, mas pode ser formado por, no mínimo, nove e, no máximo, 11 membros efetivos, pessoas naturais, residentes no Brasil ou no exterior, sendo um designado presidente do Conselho de Administração e os demais designados simplesmente conselheiros, todos eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, observado o disposto nos Acordos de Acionistas. O mandato dos membros do Conselho será unificado, com prazo de dois anos, sendo permitida a reeleição. Ainda, poderão ser destituídos de seu

cargo durante o seu mandato e substituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, observado o disposto nos Acordos de Acionistas. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, dois ou 20% dos seus membros (o que for maior) deve ser composto por conselheiros independentes, de acordo com critérios e requisitos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado. Atualmente, temos três conselheiros independentes (33% dos membros). O Conselho se reúne ordinariamente uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário. Com o suporte da Diretoria e dos seus comitês de assessoramento, o Conselho de Administração é responsável pela fixação de nosso direcionamento estratégico no curto, médio e longo prazos e, por essa razão, também responde pela definição da missão, visão e valores internos, bem como pela aprovação de todas as políticas organizacionais, sempre zelando pela manutenção da ética e da transparência no relacionamento com todos os *stakeholders*. **Comitê de Auditoria:** Órgão de assessoramento estatutário vinculado diretamente ao Conselho de Administração, tem autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho. É composto, atualmente, por três membros - sendo esta sua composição mínima -, eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. Pelo menos um dos seus membros deve ser independente e outro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. O Comitê de Auditoria se reúne ordinariamente uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário. Em 2022, o Comitê de Ética e Conduta, antes vinculado à Presidência, passou a se reportar diretamente ao Comitê de Auditoria. Em 2023, foi criado o Comitê de Privacidade e Cibersegurança vinculado diretamente ao Diretor-Presidente, com reporte trimestral ao Comitê de Auditoria. Tem como responsabilidades opinar sobre a contratação de auditoria independente; avaliar informações trimestrais e políticas internas; acompanhar o mapeamento e o gerenciamento de riscos; identificar conflitos de interesses e oportunidades de melhoria de controles internos; e garantir que a estrutura esteja dimensionada para cumprir o papel de uma boa governança corporativa, entre outras atribuições. **Comitê de Finanças e M&A:** Órgão de assessoramento, não estatutário, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, composto, atualmente, por quatro membros, podendo ser formado por até cinco membros efetivos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração para mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. É responsável por supervisionar, analisar e opinar sobre operações e demais assuntos de natureza financeira e relativos ao mercado de capitais e acompanhar o planejamento e a gestão financeira interna. Outras atribuições incluem assessoria ao Conselho de Administração sobre o acompanhamento e a recomendação de aprovação de operações de combinação de negócios, das políticas financeiras internas (incluindo *hedge* e limites de crédito das aplicações de caixa), bem como dos descausamentos de moedas e do índice de endividamento (alavancagem); análise de proposta orçamentária anual e plurianual da Diretoria a ser aprovada pelo Conselho de Administração e outras propostas; acompanhamento do planejamento financeiro e do fluxo de caixa de curto, médio e longo prazo; e outros assuntos solicitados pelo Conselho de Administração. **Comitê de Ética e Conduta:** Órgão de assessoramento, não estatutário, vinculado diretamente ao Comitê de Auditoria, composto por quatro membros fixos, os quais devem ser os ocupantes dos cargos de Diretor-Presidente, Diretor de Gente, Gestão e Sustentabilidade, Diretor Jurídico e de Compliance e Head de Auditoria interna. Pode ainda contar com membros convidados, de acordo com a natureza dos casos analisados. É responsável de do órgão zelar para que o nosso compromisso de agir de forma ética, íntegra e transparente seja cumprido e que as atividades sejam conduzidas em conformidade com as leis nacionais e internacionais vigentes, com as melhores práticas de governança corporativa e em consonância com seus valores. Outra atribuição do comitê é analisar todas as preocupações cruciais e reportá-las ao Comitê de Auditoria estatutário, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração. Os reportes são realizados por meio de reuniões ordinárias trimestrais, podendo ocorrer também em encontros extraordinários, a depender da criticidade do assunto tratado. **Comitê de Pessoas:** Órgão de assessoramento, não estatutário, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, composto, atualmente, por quatro membros, podendo ser formado por até cinco membros efetivos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração para mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. É responsável por analisar e opinar sobre os assuntos relacionados ao desenvolvimento de seus administradores e profissionais, cultura e ambiente de trabalho e processos relativos a gestão de pessoas, cultura organizacional, questões sindicais e governança corporativa. **Comitê de Privacidade e Cibersegurança:** Órgão de assessoramento, não estatutário, vinculado diretamente à Diretoria Executiva (Presidência), que funcionará de modo permanente e com reportes no mínimo trimestrais ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. O comitê será composto por sete membros efetivos, que deverão ser os ocupantes dos cargos de, respectivamente, Diretor-Presidente, Diretor-Executivo de TI, Diretor-Executivo Jurídico & de Compliance, DPO (*Data Protection Officer*), Gerente de Cibersegurança, Gerente de Governança de Dados e Gerente de Auditoria Interna, sendo este último não votante. É responsabilidade do órgão assessorar e apoiar o *Data Protection Officer* ("DPO") em assuntos relacionados a definição e planejamento de estratégias, políticas e medidas voltadas para a adequada estruturação, manutenção e aprimoramento do Programa de Privacidade da Companhia e demais obrigações relacionadas à proteção de dados pessoais, conforme disposto nos artigos 46 e 50 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD"). Também deverá acompanhar e direcionar o adequado tratamento e mitigação de riscos, concretos ou potenciais, à proteção dos dados pessoais e de cibersegurança no ambiente dos processos da Companhia. **Código de Conduta:** Ética e transparência são valores institucionais, formalizados em nosso Código de Conduta, documento aplicável a todos os colaboradores - que assinam termo de ciência e aceite de seus compromissos. Pautado pelas melhores práticas e pelos princípios da Declaração Universal de Direitos Humanos, o documento expressa diretrizes sobre governança, conduta profissional, respeito à identidade e diversidade, não discriminação e combate ao assédio moral e sexual e ao abuso de poder, entre outras. Também contempla regras relacionadas à integridade e ao combate à corrupção - temas sobre os quais eventuais desvios podem ser reportados ao Canal Seguro. **Canal Seguro e Diálogo Seguro:** Com o objetivo de oferecer um canal de comunicação seguro, a Companhia disponibiliza o Canal Seguro, ferramenta aberta a todos os públicos com os quais interagimos, por meio da qual podem ser registradas denúncias sobre desvios de conduta, identificadas ou anônimas, garantindo o sigilo, a confidencialidade e apuração adequada dos relatos. Pensando em dispor de um atendimento customizado e mais próximo aos nossos colaboradores, em 2023 foi criado o Diálogo Seguro, subdivisão do Canal de Seguro gerenciado por um time especializado dentro da Diretoria de Gente, Gestão e Sustentabilidade. Tal canal objetiva receber e tratar situações que possam impactar a experiência dos colaboradores, tais como desvios de comportamento, assédio moral, abuso de poder, favorecimento, relacionamento familiar e afetivo entre colaboradores, entre outros temas. Ambos os canais são gerenciados por uma consultoria externa e independente, e todos os relatos são analisados e encaminhados para tratativa das áreas de Conformidade e Gente e Gestão, de acordo com sua natureza. O processo de apuração é conduzido de forma imparcial, de modo a viabilizar a definição e a aplicação de medidas disciplinares e/ou planos de ação de caráter educativo ou preventivo, justos e proporcionais. Os casos mais críticos ou que envolvam colaboradores em nível de gestão são deliberados pelo Comitê de Ética e Conduta. Com papel estratégico em nosso Programa de Conformidade, tais canais vêm sendo amplamente divulgados em apresentações e treinamentos conduzidos pelas áreas de Conformidade e Gente, Gestão e Sustentabilidade e em comunicados e informações divulgados em nossa intranet, a Rede Cruzeiro. O acesso ao Canal Seguro e Diálogo Seguro pode ser realizado pelo link <https://www.contatosseguro.com.br/cruzeiroeducacional>, disponível em todos os sites das instituições que fazem parte do Grupo. A área de Conformidade também pode ser acionada para esclarecer dúvidas, prestar consultoria interna ou receber relatos de preocupações ou denúncias por e-mail e presencialmente. Adicionalmente, em 2022 foi lançado o programa de Embaixadores de Compliance, por meio do qual foram eleitos representantes de diferentes unidades de negócio com o objetivo de facilitar a comunicação, a disseminação de conteúdo e o esclarecimento de dúvidas, fazendo com que a cultura de conformidade seja multiplicada e praticada por todos os nossos colaboradores. **Combate à corrupção:** A garantia de integridade e o combate à corrupção são compromissos institucionais previstos em nosso Código de Conduta e, para materializá-los, adotamos uma série de iniciativas, como inclusão de cláusulas anticorrupção em nossos contratos, análise de doações e patrocínios, avaliação personalizada em contratos com o poder público, monitoramento de pessoas politicamente expostas em nossos cargos de gestão ou decisão, além de treinamentos direcionados aos nossos colaboradores, diretores e parceiros de negócios. **Gestão de pessoas:** A CSED encerrou 2023 com um total de 7.614 colaboradores, sendo 3.273 homens e 4.331 mulheres, ou seja, 57% da força de trabalho é composta pelo gênero identificado e declarado como feminino. **Talentos que fazem nossa constelação brilhar:** A valorização de nossos colaboradores e a garantia de um ambiente organizacional seguro, saudável e inclusivo são compromissos gerenciados pela Diretoria de Gente, Gestão e Sustentabilidade - dedicada a identificar e aplicar melhorias contínuas em nossa cultura corporativa e na política de atração, contratação, treinamento, valorização e retenção de talentos. Em 2023, realizamos iniciativas como o Programa de Gestão de Talentos e o Plano de Sucessão, que fortalecem o processo de recrutamento interno. O monitoramento dos dados de gestão de pessoas, especialmente *turnover*, é feito por meio de indicadores apurados mensalmente. Buscamos o desenvolvimento de nossos colaboradores com a oferta de treinamentos e capacitações e o estímulo à educação formal. Nesse sentido, todos têm direito a bolsas de estudos em nossas IES. Em 2023, foram oferecidas 1.572 bolsas para colaboradores e 674 dependentes. **Capacitação e educação:** Na Cruzeiro do Sul, reconhecemos que o desenvolvimento pessoal e profissional de nossos colaboradores é essencial para o sucesso de nossa missão. Por essa razão, investimos na capacitação e no crescimento de nossa equipe, promovendo uma cultura de aprendizado contínuo e excelência. A seguir, detalhamos algumas dessas ações que, quando vistas em conjunto, reforçam nosso compromisso com o desenvolvimento de nossos colaboradores. Desenvolvendo líderes alinhados com nossa visão: nosso foco no desenvolvimento de lideranças é essencial para alinhar a projeção e a prontidão dos líderes com a estratégia organizacional. Em 2023, realizamos um processo de avaliação abrangente com 55 líderes, incluindo diretores, reitores e gerentes. Esse *assessment* nos permitiu compreender profundamente as forças, habilidades e áreas de melhoria de nossas lideranças, facilitando uma alocação estratégica de recursos e programas de capacitação direcionados. Ciclo de Gente: *assessment*, encontros e treinamentos focados no desenvolvimento de nossos líderes. Esses encontros têm como objetivo o alinhamento da estratégia do negócio, e os treinamentos visam potencializar o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais, reforçando o alinhamento com os valores da empresa. Universidade Corporativa Cruzeiro (UCC): A UCC é o coração do nosso esforço de

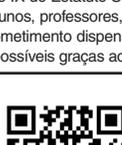
capacitação, oferecendo conteúdos em áreas como liderança, tecnologia e inovação. Com uma abordagem personalizada de aprendizado, a UCC assegura que todos os colaboradores tenham as ferramentas necessárias para se desenvolverem em suas carreiras e contribuam efetivamente para nossos objetivos estratégicos. Os números e informações quantitativas demonstram a abrangência e o impacto das iniciativas da Cruzeiro do Sul na promoção de uma cultura organizacional forte, no desenvolvimento contínuo dos colaboradores e líderes, e na implementação eficaz de nossa estratégia:

- em 2023, foram conduzidas 89.282 horas de treinamento e desenvolvimento, totalizando 13.070 participações, o que equivale a uma média de 6,49 horas de treinamento por colaborador;
- seis turmas de treinamento sobre feedback para liderança, totalizando 302 horas de treinamento;
- NPS de 930 das avaliações de reação, com 59 respondentes (39% taxa de resposta);
- dos 455 líderes elegíveis, 151 líderes participaram dos treinamentos de feedback (33% de adesão);
- realização do *webinar* Ciclo de Gente com duas turmas e 39 líderes participantes;
- divulgação de 56 matérias informativas, 33 políticas da Companhia e 597 posts de outros materiais, totalizando 686 postagens disponíveis para todos os colaboradores na intranet;
- quatro ações de *Team Building* realizadas em 2023, abordando competências como trabalho em equipe, integração e comunicação;
- realização de encontros com os líderes, totalizando 2.126 horas de treinamento com 337 líderes participantes em temas variados;
- campanhas e entregas significativas em 2023, incluindo Janeiro Branco, lançamento da nova página de recrutamento interno, Embaixadores de Compliance, Portal Meu RH, Abril Verde, Dia Mundial da Educação, Maio Amarelo, Campanha Dia das Mães, entre outras. Esses números ressaltam o compromisso da Cruzeiro do Sul com o desenvolvimento profissional e pessoal de seus colaboradores e líderes e a importância dada à comunicação, ao engajamento e ao reconhecimento dentro da organização. As iniciativas destacadas refletem uma abordagem estratégica para fomentar uma cultura organizacional positiva, incentivar o crescimento contínuo e alinhar todos os membros da equipe aos objetivos estratégicos da empresa. **Saúde e segurança:** O objetivo da área de Saúde e Segurança do Trabalho é proteger a integridade física e mental dos colaboradores, prevenindo acidentes e doenças ocupacionais e promovendo um ambiente de trabalho seguro e saudável. Para isso, a área segue as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, monitora os riscos existentes e implementa ações preventivas e corretivas. Além disso, busca conscientizar e capacitar os colaboradores sobre a importância da saúde e segurança no trabalho, estimulando a participação e o comprometimento de todos. A área de Saúde e Segurança do Trabalho é essencial para garantir a qualidade de vida dos colaboradores, a produtividade da empresa e o cumprimento das leis. **Sustentabilidade (ESG):** Acreditamos que a agenda ESG é inerente às empresas de educação, uma vez que os serviços prestados por elas impactam positiva e diretamente a sociedade via formação cidadã de milhares de estudantes. Nossa gestão ESG tem como missão zelar pelo cumprimento da agenda de sustentabilidade e pelo bom andamento dos projetos e planos de ação relacionados aos pilares social, ambiental e de governança corporativa, atuando em parceria com o Comitê de Pessoas, a Comissão Interna de Sustentabilidade e os núcleos de trabalho, além de prestadores de serviço externos, gestores e colaboradores. Nosso propósito é contribuir para a melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos direta e indiretamente com o nosso negócio, com vistas a uma sociedade mais sustentável e resiliente. Por meio da educação, é possível potencializar o desenvolvimento socioeconômico nos entornos das operações, sendo referência em impacto social positivo. **Questões ambientais:** Nosso compromisso com o meio ambiente vai além da gestão eficiente dos recursos naturais. Envolve também pesquisas por parte das universidades e conscientização de estudantes e comunidades no entorno de nossos campi sobre a importância da preservação. Todos os nossos contratos com fornecedores e outros parceiros incluem cláusulas relacionadas a respeito ambiental, compromisso com a proteção e prevenção e erradicação de práticas danosas. Nossas IES desenvolveram ainda projetos e campanhas alinhados às boas práticas de preservação, ecoeficiência nos processos e economia de recursos, com resultados promissores. Em 2023, todas as nossas instituições de ensino tiveram as suas licenças e dispensas ambientais atualizadas. **Questões Sociais: Ações junto às comunidades:** O setor educacional está entre os de maior potencial transformador. Ao levar ensino de qualidade a milhares de pessoas, impulsionamos a qualidade de vida e facilitamos a ascensão social e econômica. Contribuímos ainda com a formação de profissionais da área de saúde, o que se traduz em atendimento de excelência aos futuros pacientes. Formamos também grande número de pedagogos, que serão responsáveis pela continuidade do ensino - cerca de 80% de nossos egressos atuam em escolas públicas. Em um país de dimensão continental, com renda média per capita baixa, como o Brasil, exercemos papel inclusivo. Com a ampliação de nossos polos de educação a distância, alcançamos cidades que nem sempre dispõem de ensino presencial, gerando empregos e qualificando a mão de obra profissional. Com o desenvolvimento de pesquisas, colaboramos também para o progresso científico brasileiro. Em 2022, investimos em novas clínicas de Odontologia, Fisioterapia, Psicologia, Medicina Veterinária, Biomedicina e Direito, todas em fase de maturação e com licença validadas pelos órgãos competentes locais, oferecendo atendimento à comunidade local. Por meio de nossas atividades de extensão, proporcionamos diversos atendimentos e criamos projetos com aplicação prática no dia a dia das pessoas ao redor de nossos campi. Com o fim da fase mais crítica da pandemia da covid-19, retomamos integralmente nossas atividades de responsabilidade social. Nossos cursos oferecem aulas práticas por meio de diversos serviços à comunidade em seus núcleos e clínicas. Dessa forma, os estudantes têm uma visão mais humanizada de suas profissões, enquanto a população usufrui de serviços de qualidade gratuitamente ou por um preço justo. Ao mesmo tempo que mobilizam os conhecimentos adquiridos, nossos estudantes aprendem a partir da troca com a comunidade. Todos os campi de ensino presencial promovem atendimentos à população intra e extramuros. A assistência é realizada pelos estudantes, acompanhados por docentes e profissionais habilitados nas respectivas áreas de conhecimento. O público atendido é formado principalmente por moradores do entorno das IES e de cidades limítrofes, de diferentes classes sociais. Já os atendimentos extramuros acontecem em parceria com várias associações, órgãos de classe, empresas, instituições de longa permanência para idosos, ONGs, juizados, indústrias, startups, farmácias, unidades de saúde, escolas, hospitais, laboratórios, clínicas e outros serviços públicos e privados. **Remuneração dos acionistas:** Conforme o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em 9 de novembro de 2023, por meio da reunião do Conselho da Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2023, a ser realizada até o dia 30 de abril de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 60.000 mil, cujo pagamento foi realizado no dia 8 de dezembro de 2023.

	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	100.455
<b>Base para reserva legal</b>	<b>100.455</b>
Apropriação para reserva legal (Art.193 da Lei nº 6.404)	5.023
<b>Base para dividendo mínimo obrigatório</b>	<b>95.432</b>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	23.858
Dividendos adicionais propostos	36.142
<b>Destinação para reserva de retenção de lucros</b>	<b>35.432</b>
Quantidade de ações em 31 de dezembro	364.542.552
Dividendo por ação em circulação - Em reais	0,1646

Essa proposta seguirá para aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2024. **Audidores independentes:** A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam sua independência, em conformidade com a Resolução CVM nº 162/2022: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Os honorários referem-se a serviços profissionais prestados na auditoria e nas revisões trimestrais das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, em auditorias societárias e nas revisões internas de certas subsidiárias, conforme requerido pela legislação pertinente. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) foi contratada para prestar os serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiros - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Os honorários relativos a esses trabalhos foram de R\$2.088 mil, sendo R\$1.985 mil referente às revisões trimestrais e exame das demonstrações financeiras de 2023 e R\$103 mil referentes à asseguarção limitada sobre a compilação das informações não financeiras constantes no Relatório Anual de Sustentabilidade 2023. **Declaração da Diretoria Executiva:** A Diretoria da Cruzeiro do Sul declara, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou: (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), em 28 de março de 2023; e (ii) com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Declaração do Comitê de Auditoria:** Os membros do Comitê de Auditoria da Cruzeiro do Sul, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do comitê e com base nos trabalhos realizados ao longo do exercício de 2023, procederam ao exame e à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do Relatório da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos auditores independentes, opinam, por unanimidade, que eles refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Cruzeiro do Sul e suas controladas e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **Cláusula Compromissória:** A Cruzeiro do Sul Educacional e controladas ("Cruzeiro do Sul" ou "Companhia") estão vinculadas à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme descrito no Capítulo IX do Estatuto Social da Companhia. **Agradecimentos:** A Companhia agradece seus alunos, professores, colaboradores, acionistas e prestadores de serviços por todo o comprometimento dispensado ao longo do ano de 2023. Os resultados aqui descritos só foram possíveis graças ao apoio e à confiança de todos.

A Administração continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

-★ continuação

## CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos Patrimoniais	Controladora				Consolidado					
	Notas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Notas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.360	447.400	522.915	852.743					
Contas a receber	6	70.753	52.692	261.128	215.995					
Tributos a recuperar	7	24.229	17.770	36.367	28.948					
Outros créditos	8	77.295	70.598	41.463	23.508					
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>173.637</b>	<b>588.460</b>	<b>861.873</b>	<b>1.121.194</b>					
Não circulante										
Contas a receber	6	2.652	2.568	22.286	21.393					
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	225.835	77.600	-	-					
Depósitos judiciais	19	9.653	6.251	24.571	23.940					
Outros créditos	8	2.831	1.038	80.073	63.457					
Tributos diferidos	25	-	-	104.267	104.087					
Investimentos	9	1.033.754	807.065	146	146					
Imobilizado, líquido	10	114.819	93.081	583.297	519.784					
Direito de uso	14	334.150	336.569	1.129.737	1.152.355					
Intangível, líquido	11	34.716	24.356	1.709.559	1.701.266					
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.758.410</b>	<b>1.348.528</b>	<b>3.653.936</b>	<b>3.586.428</b>					
<b>Total do ativo</b>		<b>1.932.047</b>	<b>1.936.988</b>	<b>4.515.809</b>	<b>4.707.622</b>					

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Notas	Capital social	Ações em tesouraria	Emissão de ações	Reserva de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Lucros Total
				Total das reservas de capital	Retenção de lucros	Reserva legal	Total das reservas de lucros		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.203.576</b>	-	<b>161.978</b>	<b>161.978</b>	<b>59.105</b>	<b>29.129</b>	<b>88.234</b>	-	<b>1.453.788</b>
Lucro líquido do exercício	22	-	-	-	-	-	-	6.606	6.606
Ações em tesouraria	22	(23.133)	-	-	-	-	-	(23.133)	(23.133)
Dividendos adicionais propostos	22.4	-	-	-	(30.298)	-	(30.298)	-	(30.298)
Destinação do resultado do exercício									
Constituição da reserva legal	22	-	-	-	-	330	330	(330)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	22.4	-	-	-	-	-	-	(1.569)	(1.569)
Retenção de lucros	22	-	-	-	-	4.707	4.707	(4.707)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.203.576</b>	<b>(23.133)</b>	<b>161.978</b>	<b>161.978</b>	<b>33.514</b>	<b>29.459</b>	<b>62.973</b>	-	<b>1.405.394</b>
Lucro líquido do exercício	22	-	-	-	-	-	-	100.455	100.455
Ações em tesouraria	22	(35.852)	-	-	-	-	-	(35.852)	(35.852)
Cancelamento de ações ordinárias	22	-	(58.985)	(58.985)	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	22.4	-	-	-	(23.514)	-	(23.514)	-	(23.514)
Destinação do resultado do exercício									
Constituição da reserva legal	22	-	-	-	-	5.023	5.023	(5.023)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	22.4	-	-	-	-	-	-	(23.858)	(23.858)
Dividendos adicionais	22.4	-	-	-	-	-	-	(36.142)	(36.142)
Retenção de lucros	22	-	-	-	-	35.432	35.432	(35.432)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.203.576</b>	<b>-</b>	<b>102.993</b>	<b>102.993</b>	<b>45.432</b>	<b>34.482</b>	<b>79.914</b>	-	<b>1.386.483</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Razão social	31/12/2023	31/12/2022
<b>Participação direta</b>		
Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda. ("UDF")	99,98%	99,98%
Sociedade Empresária de Ensino Superior do Litoral Norte Ltda. ("Módulo")	99,40%	99,40%
Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. ("Unicid" ou "SECID")	99,99%	99,99%
ACEF S.A. ("Unifran" ou "ACEF")	99,99%	99,99%
<b>Participação indireta</b>		
Uni Cidade Trust de Recebíveis S.A. ("Trust")	99,99%	99,99%
Instituição de Ensino São Sebastião Ltda. ("FASS")	99,99%	99,99%
Colégio São Sebastião - Educação Infantil e Ensino Fundamental Ltda. ("Colégio São Sebastião")	99,99%	99,99%
Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. ("CEUNSP")	99,99%	99,99%
Veritas Educacional A Participações. S.A. ("Veritas")	99,98%	99,98%
Cesuca Complexo de Ensino Superior de Cachoeirinha Ltda. ("Cesuca")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional São Bento Ltda. ("São Bento")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional Santa Rita Ltda. ("Santa Rita")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional Santa Tereza Ltda.	99,99%	99,99%
IPÊ Educacional Ltda. ("Unipê")	99,99%	99,99%
IPÊ Patrimonial Ltda. ("Patrimonial")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional Braz Cubas Ltda. ("Braz Cubas")	99,99%	99,99%
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. ("Positivo")	99,99%	99,99%
Cesa - Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas Ltda. ("Cesa")	99,99%	99,99%
As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas estiverem expostas ou tiverem o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiverem a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à controlada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia, utilizando práticas contábeis consistentes. Os ativos, passivos e o resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados com transações entre controladas são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial, com seus efeitos registrados no patrimônio líquido, e não são o resultado do exercício. <b>2.2. Combinação de negócios:</b> Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Ao adquirir um negócio, a Companhia e/ou suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, na demonstração do resultado. Os ativos de indenização devem ser reconhecidos e mensurados com base em premissas consistentes com aquelas utilizadas para mensurar o item objeto da indenização, estando sujeitos à avaliação da Administração quanto às perdas potenciais por valores incobráveis e também sujeitos a quaisquer limitações contratuais para o montante da indenização que decorre de passivo contingente não reconhecido na data da aquisição, por não ter sido possível mensurar o seu valor justo com confiabilidade nessa data. Os ativos atrelados às garantias sobre os processos de ex-mantenedor estão sendo demonstrados conforme a Nota 8, bem como a movimentação sobre os passivos de contingências relacionado a tais garantias estão sendo demonstrados conforme a Nota 19. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e/ou suas controladas que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. Todas as aquisições efetuadas foram realizadas pela aquisição integral das quotas das empresas adquiridas, ou seja, sem o envolvimento e, consequentemente, a necessidade de mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição. <b>2.3. Classificação circulante e não circulante:</b> A Companhia e/ou suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorso normal do ciclo operacional da entidade; • está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; • é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedado durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no		

Demonstrações dos Resultados	Controladora				Consolidado			
	Notas	2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Receita líquida	26	583.269	482.137	2.297.787	2.028.320			
Custo dos serviços prestados	27	(334.581)	(279.374)	(1.198.011)	(1.080.179)			
<b>Lucro bruto</b>		<b>248.688</b>	<b>202.763</b>	<b>1.099.776</b>	<b>948.141</b>			
(Despesas) e receitas operacionais:								
Despesas gerais, administrativas e comerciais	27	(347.262)	(304.376)	(719.755)	(663.252)			
Resultado de equivalência patrimonial	9	220.429	94.554	-	-			
Outras receitas, líquidas	27	6.475	2.935	32.118	26.757			
<b>Lucro (prejuízo) antes das despesas e receitas financeiras</b>		<b>128.330</b>	<b>(4.124)</b>	<b>412.139</b>	<b>311.646</b>			
Receitas financeiras	28.1	33.328	72.056	103.862	127.976			
Despesas financeiras	28.2	(61.195)	(61.367)	(411.645)	(431.582)			
<b>Lucro antes do IR e da CS IR e CS</b>		<b>100.463</b>	<b>6.565</b>	<b>104.356</b>	<b>8.040</b>			
Corrente	25	(46)	-	(4.872)	(5.801)			
Diferido	25	38	41	971	4.367			
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>100.455</b>	<b>6.606</b>	<b>100.455</b>	<b>6.606</b>			
Média ponderada das ações no exercício	23	365.978.906	381.102.498					
Lucro básico e diluído por ações em reais	23	0,2745	0,0173					

## Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Demonstrações dos Resultados Abrangentes	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	100.455	6.606	100.455	6.606
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>100.455</b>	<b>6.606</b>	<b>100.455</b>	<b>6.606</b>

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Controladora		Consolidado		
	Notas	2023	2022	2023	2022
Das atividades operacionais					
<b>Lucro antes do IR e CS</b>		<b>100.463</b>	<b>6.565</b>	<b>104.356</b>	<b>8.040</b>
Resultado de equivalência patrimonial	9	(220.429)	(94.554)	-	-
Depreciação e amortização	10 e 11	34.949	26.138	137.219	118.413
Depreciação do direito de uso	14	38.334	36.950	127.181	120.359
Amortização do custo de captação	13	-	-	676	671
Encargos financeiros sobre financiamentos	12	-	-	85	1.507
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	20	-	-	48.635	45.694
Juros de debêntures	13	-	-	132.199	146.000
Juros sobre passivo de arrendamento	14	40.789	40.831	127.614	125.621
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	6	76	791	(543)	8.820
Provisão para demanda judicial	19	1.731	3.875	3.245	8.307
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	6	45.916	46.626	131.439	135.354
Baixa de imobilizado	10	495	216	965	2.792
Receita diferida sobre venda de imóvel	21	-	-	(723)	(722)
Baixa por descontinuidade de arrendamento	14	-	-	(324)	(651)
<b>Ajuste para reconciliar o lucro antes do IR e CS com o fluxo de caixa</b>		<b>42.324</b>	<b>67.438</b>	<b>812.024</b>	<b>720.205</b>
Decréscimo em ativos					
Contas a receber		(64.137)	(54.876)	(176.922)	(169.473)
Depósitos judiciais		(3.402)	(3.685)	(631)	(5.565)
Tributos a recuperar		(6.459)	(15.281)	(7.419)	(15.391)
Outros créditos (Decréscimo) acréscimo em passivos		(9.047)	(41.940)	(32.136)	(24.928)
Fornecedores		(4.565)	10.038	(10.835)	7.551
Obrigações trabalhistas		(217)	(11.428)	(13.742)	6.504
Obrigações tributárias		3.497	4.310	(11.125)	(1.780)
Obrigações com partes relacionadas		19	194	218	429
Adiantamentos de clientes		3.069	634	6.729	1.578
Outras contas a pagar		(626)	356	333	1.564
		<b>(39.544)</b>	<b>(44.240)</b>	<b>566.494</b>	<b>520.694</b>
IR e CS pagos		-	-	(3.685)	(7.010)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<b>(39.544)</b>	<b>(44.240)</b>	<b>562.809</b>	<b>513.684</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos de controladas	9	71.897	37.920	-	-
Pagamento obrigações por aquisições de participações societárias	20	-	-	-	(68.340)
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	(225.835)	(77.600)	-	-
Aquisição de imobilizado	10	(37.091)	(35.360)	(121.659)	(88.841)
Aquisição de intangível	11	(28.945)	(21.118)	(81.239)	(56.048)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(219.974)</b>	<b>(96.158)</b>	<b>(202.898)</b>	<b>(213.229)</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos pagos	22	(85.083)	(50.000)	(85.083)	(50.000)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	12	-	-	(3.855)	(16.620)
Custo de repascimento de debêntures	13	-	-	(937)	-
Pagamento de debêntures	13	-	-	(351.387)	(241.051)
Pagamento de arrendamento	14	(65.587)	(62.358)	(212.625)	(201.893)
Ações em tesouraria	22	(35.852)	(23.133)	(35.852)	(23.133)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(186.522)</b>	<b>(135.491)</b>	<b>(689.739)</b>	<b>(532.697)</b>
<b>Decréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(446.040)</b>	<b>(275.889)</b>	<b>(329.828)</b>	<b>(232.242)</b>
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		447.400	723.289	852.743	1.084.985

→ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto de renda e a contribuição social nas sociedades que aderiram ao PROUNI foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal especificamente aplicáveis ao PROUNI e o lucro da exploração sobre as atividades isentas. De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1394, de 12/09/2013 (IN 1394/13), a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, não beneficente, que aderir ao PROUNI nos termos do artigo 5º da Lei nº 11.096 de 2005, ficará isenta na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) durante o período de vigência do termo de adesão dos seguintes tributos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A isenção é apurada através do lucro da exploração, observando o disposto da IN 1394/13. **Tributos diferidos:** Tributos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: • quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável ou prejuízo fiscal; • sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos líquidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **Tributos sobre as vendas:** As regras do PROUNI definem que estão isentas do PIS e da COFINS as receitas auferidas pela Companhia e suas controladas sobre todas as atividades operacionais vinculadas à graduação tradicional e tecnológica. Para as demais receitas de ensino superior, a incidência do PIS e da COFINS segue as alíquotas de 0,65% e 3%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas ao ensino superior, a incidência do PIS é apurado pela alíquota de 1,65% e da COFINS a 7,6%. Vale ainda destacar que, a partir de julho de 2015, a Companhia e suas controladas passaram a recolher PIS e COFINS sobre os rendimentos com aplicações financeiras, com alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. Sobre as receitas das atividades de ensino, incide o ISS, e, de acordo com cada município, as alíquotas são de 2% a 5%. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. **2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente registrados pela Companhia e suas controladas quando se tornam parte de disposições contratuais de determinado instrumento. **2.6.1. Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão desses ativos. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados, a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • ativos financeiros ao custo amortizado; • ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados; • ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); • ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descaçamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • a Companhia e suas controladas transferirem seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumirem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e: (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas nem transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiram o controle do ativo. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência, além do contas a receber de alunos (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para os ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável, não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, pois, de acordo com a avaliação da Companhia e suas controladas, além de o risco associado ser baixo, não há histórico de perdas. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **2.6.2. Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia e controladas incluem fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e/ou controladas que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidas na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros forem atendidos. A Companhia e suas controladas não designaram nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos sujeitos a juros. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **2.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos

e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Os saldos de contas a receber da Companhia estão ajustados a valor presente conforme demonstrado na Nota 6. **2.8. Investimentos em controladas:** Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não possui efeitos em outros resultados abrangentes ou registrados diretamente no patrimônio líquido derivados das demonstrações financeiras de suas controladas. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação na controlada. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma controlada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre seu investimento em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando aplicável, no resultado do exercício. Ao perder influência significativa sobre a controlada, mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado. **2.9. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção. A Companhia não possui ativos qualificáveis nos exercícios apresentados. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e/ou suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostos por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Ativo	Prazo
Acervo bibliográfico	10 anos
Equipamento de informática	05 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos audiovisuais	10 anos
Beneficentários em propriedades de terceiros	(a)
Direito de uso	(b)

(a) Com base nos contratos de locação, a vida útil das benfeitorias em propriedades de terceiros gira em torno de 03 a 20 anos, variando de acordo com o período de utilização dos ativos. (b) Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, que varia em torno de 03 a 20 anos. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

**2.10. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. **A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida:** Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Ativo	Prazo
Carteira de clientes	04 a 09 anos
Marcas	25 anos a 25 e meio
Licenças MEC	Indefinida
Cláusulas de não concorrência	05 anos
Polos de ensino	04 anos e 05 meses a 14 anos e 01 mês
Produção de materiais - EaD	04 anos
Softwares	Até 05 anos

**Valorização da carteira de alunos:** A valorização da carteira de alunos foi estimada através do método do fluxo de caixa descontado, baseada nas informações internas de alunos remanescentes e geração de caixa desses alunos até a formatura, considerando receitas, custos diretos e índice de contribuição de outras despesas e ativos para a geração desse resultado. **Licenças MEC:** As licenças concedidas pelo MEC para o curso de Medicina foram estimadas através do método de mensuração pela abordagem da renda. Esse método é uma derivação do método do fluxo de caixa descontado. O princípio fundamental é que o valor de um ativo intangível corresponde ao valor presente das diferenças entre os fluxos de caixa de dois cenários: um considerando a geração de fluxos de caixa atual e outro, uma reconstrução do ativo considerando a curva de evolução necessária para que os fluxos sejam equiparados. Considerando ser um ativo intangível de vida útil indefinida, foi efetuado teste de recuperabilidade conforme descrito na Nota 11.3. **2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflete o custo médio ponderado de capital aplicável para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos descritos a seguir. **Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura:** Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **Ativos intangíveis com vida útil indefinida:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Após a conclusão dos testes de recuperação dos ativos, que foram realizados para a data-base de 31 de outubro de 2023, a Companhia não identificou elementos que indiquem a necessidade de constituição de provisão para *impairment* em 31 de dezembro de 2023. **Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida:** Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida são amortizados e depreciados, respectivamente, bem como avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A avaliação da existência de indicativos de perda do valor econômico é realizada no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **2.12. Arrendamento:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Companhia como arrendatária:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os

arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para fazer frente aos seus compromissos com arrendamentos e ativos de direito de uso, que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, de acordo com o prazo contratual. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.11. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento (fluxo de caixa descontado real). Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa (tais como a inflação, que é incorporada ao passivo de arrendamento e direito de uso quando aplicada na data-base de reajuste dos aluguéis) e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia, e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa, geralmente percentuais sobre a receita líquida sobre os serviços prestados da Companhia, são reconhecidos como custos dos serviços prestados no período em que ocorre o evento ou a condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo e financiamento incremental (taxa nominal) na data de início, porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma modificação na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor (a Companhia tem com política considerar ativos de baixo valor aqueles cujo valor quando novo é igual ou inferior a R\$ 20). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.13. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e/ou suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado, do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.14. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **Plano de remuneração baseado em ações:** Os executivos da Companhia podem receber remuneração que são baseadas em ações (liquidáveis em dinheiro). Os valores relativos à remuneração baseada em ações, liquidáveis em caixa, são registrados como uma provisão a pagar, com sua contrapartida no resultado do exercício, com base no valor justo das *units* no período de aquisição ao direito de exercício. O valor justo desse passivo é revisado e atualizado a cada período de divulgação de resultados trimestrais e anuais, de acordo com a variação do valor justo do benefício outorgado e a aquisição do direito de exercício pelos beneficiários. **2.15. Adiantamentos de clientes:** São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente, relativos a cursos que serão ministrados no período seguinte e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência em decorrência da obrigação de desempenho definida pelo CPC 47/IFRS 15 - Contratos com Clientes. **2.16. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média ponderada das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia e/ou suas controladas não possuem operações com instrumentos diluidores que influenciam o cálculo do lucro diluído, portanto, o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação. **2.17. Receita diferida:** Com a mudança do CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil para a Norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, foi identificado um arrendamento em uma controlada indireta da CEUNSP, que, nos termos da norma, não se qualifica como arrendamento mercantil, e sim como um retro arrendamento do imóvel. A operação de *sale and leaseback* resultou em um ganho auferido na transação, e, à luz da norma, esse ganho foi registrado no passivo da Companhia como uma receita diferida que está sendo amortizado ao longo do prazo do arrendamento. **2.18. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for favorável que benefícios econômicos sejam gerados para a Companhia e/ou suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas. O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita: • quando as partes aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; • quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos; • quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; • quando o contrato possuir substância comercial; • quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. A seguir apresentamos as políticas adotadas nas receitas advindas das atividades operacionais da Companhia. **Prestação de serviços:** As receitas incluem mensalidades de ensino superior (graduação e pós-graduação), ensino médio e fundamental, presenciais ou à distância, mensalidade de cursos de extensão e taxas de serviços. As receitas são registradas quando os serviços são prestados. **Venda de produtos:** A receita pela comercialização de produtos é reconhecida no cumprimento das obrigações ao transferir o produto ao cliente, podendo ser em momento específico seu reconhecimento ao longo do contrato, conforme o acordo comercial assumido. A Companhia e suas controladas utilizam a política de reconhecimento de receita na data em que o produto é entregue ao comprador, visto que os principais produtos são livros e apostilas. **2.19. Receitas financeiras e despesas financeiras:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros está incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado. **2.20. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC") e do valor adicionado ("DVA"):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). A Companhia apresenta as operações de pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento como atividade de financiamento. A DVA foi preparada de acordo com o Pronunciamento CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as normas contábeis IFRS. **2.21. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** Não há novas normas CPC, IFRS ou interpretações IFRIC que entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.22. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** A seguinte alteração de norma aplicável à Companhia foi emitida pelo IASB, mas não está em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **Alteração ao IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** De acordo com o IAS 1 - *Presentation of Financial Statements*, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 - *Classification of Liabilities as Current or Non-Current*, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses caso, na data do balanço, não tivesse cumprido índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida, para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* que a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no

QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>

→ continuação

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A.**

classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco de o passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Dessa forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. Essa alteração não tem impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **3. Avaliação das informações por segmento:** Em função da concentração de suas atividades, substancialmente, na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada e é gerenciada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso e entregues em formatos diferentes, como campi e polos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão relacionados a seguir. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorará a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Provisão para demandas judiciais:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas, no curso normal dos negócios, a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia e suas controladas podem ser adversamente afetadas, independentemente do respectivo resultado final. Conforme exposto, não é possível garantir que essas autoridades não atuarão a Companhia e suas controladas, nem que essas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais. **Tributos:** Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal. **Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa é calculada de acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais na perda incorrida. A Companhia utiliza o expediente prático previsto na norma e aplica o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento. **Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário e períodos de contrato:** A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar emprestados os recursos necessários para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, com valor similar ao direito de uso do ativo em ambiente econômico similar. A obtenção dessa taxa envolve um elevado grau de julgamento e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que essa escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares; e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares. **Determinação do prazo de arrendamento:** Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de centros acadêmicos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes: • se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão); • se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos e os custos e a interrupção nos negócios necessários para a substituição do ativo arrendado. Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e esteja sob o controle do arrendatário, por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não a exercer).

**5. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	14	14	26	26
Banco conta movimento	1.346	2.998	11.584	43.434
Equivalentes de caixa	–	444.388	511.305	809.283
<b>Total</b>	<b>1.360</b>	<b>447.400</b>	<b>522.915</b>	<b>852.743</b>

O grupo de caixa e equivalentes de caixa é composto pelos numerários mantidos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo que possuem prazo de realização inferior a 90 dias, sem risco de alteração de valor quando do resgate antecipado. Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações de renda fixa estão concentradas em operações de CDB, substancialmente indexadas à variação de 100% a 103% do CDI (101% a 102,8% do CDI em 31 de dezembro de 2022), firmadas com instituições financeiras nacionais de primeira linha.

**6. Contas a receber:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Mensalidades (i)	145.528	114.785	431.751	360.758
Crédito universitário (ii)	2.166	2.653	50.211	62.392
Acordos em andamento (iii)	17.354	11.802	86.827	62.882
Cartões a receber (iv)	19.029	12.960	70.507	54.448
Outras contas a receber (iv)	652	265	1.278	1.195
<b>Subtotal</b>	<b>184.729</b>	<b>142.465</b>	<b>640.574</b>	<b>541.675</b>

Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (v)

	(109.773)	(85.730)	(344.323)	(290.907)
Ajuste a valor presente	(1.551)	(1.475)	(12.837)	(13.380)
<b>Total</b>	<b>73.405</b>	<b>55.260</b>	<b>283.414</b>	<b>237.388</b>

Circulante

	70.753	52.692	261.128	215.995
--	--------	--------	---------	---------

Não circulante

	2.652	2.568	22.286	21.393
--	-------	-------	--------	--------

(i) Corresponde às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino. (ii) Compreende as mensalidades a receber objeto de financiamento mediante os programas disponíveis na Companhia e suas controladas, tais como Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e parcelamentos próprios. O FIES é um financiamento educacional operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e que tem o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal como agentes financeiros. Os valores contratados pelos alunos são repassados em forma de Certificados Financeiros do Tesouro Série E (CFT-E), que são títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional. Esses títulos podem ser utilizados para compensação de tributos

federais ou convertidos em caixa. Para que o aluno contrate o FIES, é necessário que seja apresentado fiador ou que o aluno opte pelo Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil (FG-Fies), um fundo administrado pela CEF com finalidade de compartilhar o risco em operações de crédito educativo. O parcelamento próprio é uma modalidade de cobrança que permite aos alunos pagarem a dívida no dobro do tempo do curso. Os valores são atualizados conforme o reajuste dos preços dos serviços e sem a incidência de juros. (iii) Referem-se a títulos negociados de acordo com a política de cobrança, em que os juros e multas podem ou não ser isentos de acordo com a negociação. Tais negociações ocorrem, principalmente, por meio de cartões (crédito e débito) ou boletos. Caso haja receita financeira, ela é reconhecida no momento do recebimento. (iv) Cartões a receber é representado por valores de mensalidades pagos com cartões de crédito. O saldo de outras contas a receber é composto por valores recebidos em escritórios de cobrança terceirizados. (v) A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa por meio de análise dos saldos de mensalidades e acordos conforme suas faixas de vencimento e estimativa de perda de cada carteira. Também são constituídas provisões para parcelamentos próprios e FIES, de acordo com a estimativa da futura inadimplência. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente provisionada. A Administração da Companhia avalia constantemente a necessidade da alteração nos percentuais de provisão para perda com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber conforme as diretrizes do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A movimentação da provisão para créditos para perdas estimadas com liquidação duvidosa está demonstrada a seguir.

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>70.163</b>	<b>278.375</b>

Constituições de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

	46.626	135.354
--	--------	---------

Baixa contra contas a receber (i)

	(31.059)	(122.822)
--	----------	-----------

**Saldos em 31/12/2022**

	<b>85.730</b>	<b>290.907</b>
--	---------------	----------------

Constituições de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

	45.916	131.439
--	--------	---------

Baixa contra contas a receber (i)

	(21.873)	(78.023)
--	----------	----------

**Saldos em 31/12/2023**

	<b>109.773</b>	<b>344.323</b>
--	----------------	----------------

(i) Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 2 anos, o título é baixado, bem como a respectiva provisão para perdas. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam, e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua realização. A composição dos valores a receber por faixa de vencimento é apresentada a seguir.

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2023	%	31/12/2022	%	31/12/2023	%	31/12/2022	%
<b>A vencer</b>	<b>33.427</b>	<b>17%</b>	<b>24.214</b>	<b>17%</b>	<b>185.122</b>	<b>29%</b>	<b>164.801</b>	<b>30%</b>
Crédito universitário	2.166	1%	2.653	2%	50.211	8%	62.392	12%
Mensalidades a receber	28	0%	1	0%	34	0%	397	0%
Acordos em andamento	11.552	6%	8.335	6%	63.092	10%	46.370	9%
Cartões a receber	19.029	10%	12.960	9%	70.507	11%	54.447	9%
Outras contas a receber	652	0%	265	0%	1.278	0%	1.195	0%
<b>Vencidos</b>	<b>151.302</b>	<b>83%</b>	<b>118.251</b>	<b>83%</b>	<b>455.452</b>	<b>71%</b>	<b>376.874</b>	<b>70%</b>
Até 180 dias	59.473	33%	46.347	33%	191.821	30%	155.944	29%
Acima de 180 dias	91.829	50%	71.904	50%	263.631	41%	220.930	41%
<b>Total</b>	<b>184.729</b>	<b>100%</b>	<b>142.465</b>	<b>100%</b>	<b>640.574</b>	<b>100%</b>	<b>541.675</b>	<b>100%</b>

**7. Tributos a recuperar:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRRF sobre aplicação financeira	24.227	12.443	35.870	20.377
IRRF sobre folha de pagamento	1	4.767	49	4.786
INSS a recuperar	–	558	15	3.703
Demais impostos a recuperar	1	2	433	82
<b>Total</b>	<b>24.229</b>	<b>17.770</b>	<b>36.367</b>	<b>28.948</b>
Circulante	24.229	17.770	36.367	28.948

**10. Imobilizado: 10.1. Controladora:**

	Saldos em 31/12/2021				Saldos em 31/12/2022				Saldos em 31/12/2023			
	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.
<b>Custo</b>												
Acervo bibliográfico	11.677	76	–	1.665	13.418	275	–	–	–	–	–	13.693
Equipamentos de informática	29.565	1.340	–	160	31.065	826	(33)	–	–	–	–	31.858
Máquinas e equipamentos (ii)	32.849	5.607	(5)	858	39.309	12.598	(20)	58	–	–	–	51.945
Móveis e utensílios	23.768	3.070	(1)	(2.702)	24.135	3.442	–	–	–	–	–	27.577
Instalações	2.439	130	–	(2)	2.567	439	–	(2)	–	–	–	3.004
Benfeitorias em propriedades de terceiros	35.904	4.898	–	5.890	46.692	5.498	–	–	–	–	–	31.743
Imobilizações em andamento (i)	4.211	19.536	–	(5.890)	17.857	14.427	–	(31.799)	–	–	–	485
Outras imobilizações	5.641	1.796	(521)	–	6.916	1.091	(1.196)	–	–	–	–	6.811
	<b>146.054</b>	<b>36.453</b>	<b>(527)</b>	<b>(21)</b>	<b>181.959</b>	<b>38.596</b>	<b>(1.249)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>219.306</b>

**Depreciação**

Acervo bibliográfico	(9.511)	(433)	–	(434)	(10.378)	(527)	–	–	–	–	–	(10.905)
Equipamentos de informática	(17.329)	(3.347)	–	(2.644)	(23.320)	(3.256)	31	–	–	–	–	(26.545)
Máquinas e equipamentos	(23.179)	(1.448)	5	2.166	(22.456)	(2.414)	19	–	–	–	–	(24.851)
Móveis e utensílios	(13.702)	(1.182)	1	349	(14.534)	(1.526)	–	–	–	–	–	(16.600)
Instalações	(3.311)	(41)	–	922	(2.430)	(43)	–	–	–	–	–	(2.473)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(6.345)	(4.515)	–	(2.311)	(13.171)	(7.634)	–	–	–	–	–	(20.805)
Imobilizações em andamento	(1.977)	–	–	1.977	–	–	–	–	–	–	–	–
Outras imobilizações	(2.137)	(753)	305	(4)	(2.589)	(963)	704	–	–	–	–	(2.848)
	<b>(77.491)</b>	<b>(11.719)</b>	<b>311</b>	<b>21</b>	<b>(88.878)</b>	<b>(16.363)</b>	<b>754</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>(104.487)</b>
	<b>68.563</b>	<b>24.734</b>	<b>(216)</b>	<b>–</b>	<b>93.081</b>	<b>22.233</b>	<b>(495)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>114.819</b>

(i) O grupo de imobilizações em andamento corresponde substancialmente a gastos com reforma de imóveis e adequação dos ambientes para a utilização das aulas nos campi. Após a validação e finalização das obras para utilização do espaço, os valores são transferidos para a rubrica "Benfeitorias em propriedades de terceiros" e depreciados conforme contrato de locação. (ii) O grupo de máquinas e equipamentos corresponde à modernização nos equipamentos para laboratórios e audiovisuais.

	Saldos em 31/12/2021				Saldos em 31/12/2022				Saldos em 31/12/2023			
	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.
<b>Custo</b>												
Terenos	80.390	–	–	–	80.390	–	–	–	–	–	–	–
Prédios	104.058	–	–	–	104.058	–	–	–	–	–	–	104.058
Acervo bibliográfico	75.685	173	–	1.665	11	77.534	674	–	–	–	–	78.208
Equipamentos de informática	127.925	8.690	(13.228)	160	(4)	123.543	6.459	(198)	–	–	–	129.844
Máquinas e equipamentos (ii)	152.437	15.812	(10.469)	1.008	(1)	158.787	40.498	(531)	299	19	–	199.072
Móveis e utensílios	112.349	6.689	(12.700)	(2.699)	(6)	103.633	9.351	(228)	–	–	(2)	112.754
Instalações	28.558	339	–	(2)	(4)	28.891	475	–	–	–	–	29.364
Benfeitorias em propriedades de terceiros	182.899	10.556	–	11.645	(200)	204.900	19.					

→ continuação

	Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A.						
	Saldos em 31/12/2021	Adições	Saldos em 31/12/2022	Adições	Reclassif.	Transf.	Saldos em 31/12/2023
<b>Movimentação</b>							
<b>Amortização</b>							
Mais-valia - Marcas	(23.601)	(6.855)	(30.456)	(6.856)	-	-	(37.312)
Mais-valia - Carteira de clientes	(78.995)	(15.524)	(94.519)	(10.301)	-	-	(104.820)
Mais-valia - Polos de ensino	(16.421)	(6.696)	(23.117)	(6.695)	-	-	(29.812)
Mais-valia - Relacionamento com clientes	(10.622)	(103)	(10.725)	(104)	-	-	(10.829)
Mais-valia - Cláusula de não concorrência	(15.389)	(2.966)	(18.355)	(2.841)	-	-	(21.196)
Marcas	(26)	-	(26)	-	-	-	(26)
Produção de materiais - EaD	(39.685)	(362)	(40.047)	(1.226)	-	-	(41.273)
Softwares	(62.613)	(31.479)	(94.092)	(44.874)	-	-	(138.966)
<b>Total da amortização</b>	<b>(247.352)</b>	<b>(63.985)</b>	<b>(311.337)</b>	<b>(72.897)</b>	-	-	<b>(384.234)</b>
<b>Total</b>	<b>1.706.070</b>	<b>(4.804)</b>	<b>1.701.266</b>	<b>8.350</b>	<b>(57)</b>	-	<b>1.709.559</b>

(i) Substancialmente, projeto de revitalização do *backoffice* financeiro. Em 31 de dezembro de 2023, os saldos, líquidos de amortização, dos intangíveis identificados por unidades geradoras de caixa estavam representados da forma a seguir:

	Ágio	Marcas	Carteira de clientes	Licenças MEC	Polos de ensino	Relac. com clientes	Cláusula de não concorrência
Módulo	9.026	-	-	-	-	-	-
UDF	43.251	-	-	-	-	-	-
Unicid	126.789	7.172	-	15.940	-	-	-
Unifran	107.924	6.732	-	3.021	-	-	-
FASS	7.728	-	-	-	-	-	-
Colégio São Sebastião	3.026	-	-	-	-	15	-
CEUNSP	63.219	6.978	-	-	-	-	-
Veritas	102.609	22.302	-	112.564	-	-	-
Unipê	201.922	30.947	-	37.637	-	-	-
Braz Cubas	216.503	21.448	5.399	-	8.442	-	595
Positivo	218.535	61.236	6.324	82.892	55.079	-	2.386
Cesa	10.583	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.111.115</b>	<b>156.815</b>	<b>11.723</b>	<b>252.054</b>	<b>63.521</b>	<b>15</b>	<b>2.981</b>

Os ativos classificados como softwares correspondem à aquisição e custos de implementação de softwares operacionais da Companhia e suas controladas. Sua taxa de amortização é fixada em 20% anuais para aquisições de sistemas de softwares sem prazo de vigência e 100% anuais para aquisições de sistemas de softwares com vigência de 12 meses. Os ágios gerados nas aquisições são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada, no mínimo, uma vez ao ano. As parcelas dos ágios não alocadas foram identificadas através de laudo de mensuração do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de aquisição dos negócios adquiridos, conforme CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios. O valor de licença MEC (Ministério da Educação), que foi identificado com vida útil indefinida de acordo com estudo preparado por empresa independente, também é submetido anualmente à análise de recuperabilidade (teste de *impairment*).

**11.3. Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio nas aquisições de participações:** Em 31 de outubro de 2023, a Administração efetuou a análise de recuperabilidade de seus ativos intangíveis de vida útil indefinida e não identificou indicadores de *impairment*. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis. A Companhia considera como unidade geradora de caixa (*business unit*) a gestão acadêmica, comercial e administrativa das unidades de cada entidade existente, conforme disposto no item 6 do CPC 01 (R1)/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, conforme demonstrado a seguir.

	UGCs em 31/12/2023	UGCs em 31/12/2022
Unifran	Unifran	Unifran
Unicid	Unicid	Unicid
UDF	UDF	UDF
CEUNSP	CEUNSP	CEUNSP
Veritas	Sul	Sul
Módulo	Litoral Norte	Litoral Norte
FASS	Litoral Norte	Litoral Norte
Colégio São Sebastião	Litoral Norte	Litoral Norte
Ipê Educacional	Nordeste	Nordeste
Ipê Patrimonial	Nordeste	Nordeste
Sociedade Educacional Braz Cubas	Braz Cubas	Braz Cubas
Centro de Estudos Superior Positivo	Positivo	Positivo
Cesa - Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas	Positivo	Positivo

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. **Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados:** As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são taxa média de desconto nominal, números de alunos, ganho de margem anual pelo período de cinco anos e crescimento do EBITDA projetado, conforme a seguir.

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de desconto (i)	13,01%	12,50%
Período de projeção (ii)	5 anos	5 anos
Crescimento de alunos (iii)	2,0%	2,0%
Crescimento na perpetuidade (iv)	4,5%	5,0%
Crescimento da receita (v)	7,2%	7,4%
Crescimento da margem EBITDA (vi)	0,5%	0,5%

(i) A taxa de desconto das unidades geradoras de caixa (UGC) é uma taxa antes dos tributos e foi estimada baseada na experiência da Administração com os ativos dessas UGCs

Empresa	Data da emissão		Vencimento	Quant.	Valor unitário	Valor emissão	Pagamento principal e juros	Garantias
	Série	emissão						
ACEF	2ª	Única	24/09/2018	3.000	100	300.000	Semestral (Mar. e Set.)	(i)
SECID	1ª	Única	10/09/2018	330.000	1	330.000	Semestral (Mar. e Set.)	(ii)
ACEF	3ª	Única	23/12/2019	155.000	1	155.000	Semestral (Jun. e Dez.)	(iii)
SECID	2ª	Única	02/03/2020	470.000	1	470.000	Mensal	(iv)

(i) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade de Santa Rita e Cesuca decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (b) eventual fração, se houver necessidade de complemento do valor mínimo, dos direitos creditórios da titularidade da Companhia, decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (c) alienação fiduciária das ações de Santa Rita e Veritas; (d) alienação fiduciária das quotas de Santa Tereza, São Bento e Cesuca; e (e) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures. (ii) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Unipê, decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (b) alienação fiduciária das quotas da Unipê; e (c) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures. (iii) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) alienação fiduciária das quotas da Braz Cubas; (b) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Braz Cubas decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; e (c) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures. (iv) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) alienação fiduciária de 100% das quotas da Positivo; (b) alienação fiduciária de 100% das quotas da Cesa; (c) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Positivo; (d) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Cesa; e (e) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures. (v) No dia 21 de dezembro de 2023, a Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão da ACEF aprovou a implementação do repêrimento de dívida (renegociação para alongamento de prazo). O repêrimento faz parte da estratégia de gestão de capital ativa da Companhia. **13.2. Cláusulas restritivas (Covenants):** As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, os quais são apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da fiadora, Cruzeiro do Sul Educacional. Para a 2ª e 3ª emissão da ACEF, o resultado do quociente da divisão da dívida financeira líquida e o EBITDA Ajustado deverá ser igual ou inferior a 3,0x, descontados de todos os impactos do IFRS 16/CPC 06 (R2). Para a 1ª e 2ª emissões da SECID, o resultado do quociente da divisão da dívida financeira líquida e o EBITDA Ajustado deverá ser igual ou inferior 3,0x, descontados de todos os impactos do IFRS 16/CPC 06 (R2) e das obrigações por aquisição de participações societárias. Na data de medição de 31 de dezembro de 2023, a Companhia atingiu todos os índices requeridos descritos acima. **13.3. Movimentação:**

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	1.063.396	1.157.776
Custo de repêrimento (i)	(937)	-
Pagamento de juros	(140.332)	(139.558)
Pagamento de principal	(211.055)	(101.493)
Apropriação dos juros	132.199	146.000
Amortização do custo	676	671
Saldo final	<b>843.947</b>	<b>1.063.396</b>

(i) Custo de repêrimento da 2ª emissão de debêntures da ACEF (alongamento do prazo da dívida). Em 31 de dezembro de 2023, o cronograma de vencimento era o seguinte:

Ano	2º emissão		1º emissão		Consolidado
	ACEF	SECID	ACEF	SECID	
2024	3.550	81.119	26.922	86.489	198.080
2025	34.170	99.000	27.125	84.000	244.295
2026	34.170	-	60.062	84.000	178.232
2027	34.170	-	-	155.000	189.170
2028	34.170	-	-	-	34.170
<b>Total</b>	<b>140.230</b>	<b>180.119</b>	<b>114.109</b>	<b>409.489</b>	<b>843.947</b>

**14. Arrendamentos:** O passivo de arrendamento é decorrente do reconhecimento de pagamentos futuros e do direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa no-

na média ponderada do custo de capital da Companhia, que corresponde à taxa nominal. (ii) As projeções devem abranger, como regra geral, o período máximo de cinco anos, a menos que se justifique, fundamentadamente, um período mais longo. (iii) Crescimento na captação de alunos na EaD e no Presencial em 2% entre 2024 e 2028. (iv) Taxa de perpetuidade de 4,5% a.a. A Companhia acredita ser viável o alcance dos resultados projetados para períodos superiores a cinco anos, dadas sua experiência e capacidade de gestão na integração e expansão de geração de caixa de unidades adquiridas, bem como nas características específicas que o setor possui, como baixa penetração e altas taxas de crescimento no histórico recente. (v) Crescimento de receita através de novas turmas, reposicionamento de preço e captação de alunos advindo de novas praças. (vi) Ganho de margem EBITDA ajustado 0,5%, com ganho de eficiência devido à escalabilidade do negócio. **Análise de sensibilidade das premissas:** Considerando o cenário em que ocorre redução na taxa de crescimento de alunos e perpetuidade e aumento na taxa de desconto (principais premissas) em 10%, não foi identificada nenhuma necessidade de ajuste ao valor recuperável. Os valores utilizados nas principais premissas representam a melhor estimativa da Administração do futuro das unidades geradoras de caixa e foram baseadas em fontes internas (dados históricos) e externas (Censo do Ensino Superior).

**12. Empréstimos e financiamentos**

**12.1. Composição**

Modalidade		Encargos financeiros	
		31/12/2023	31/12/2022
Contratos de arrendamento (i)	Taxa pré-fixada até 1,8% a.a.	-	11
	(CCB) Cédula de Crédito Bancário	Variação CDI + taxa fixa de 1,60% a.a.	3.759
		-	3.770
		-	3.770

(i) Refere-se substancialmente à aquisição de bens por meio de arrendamento. (ii) A controlada UDF celebrou, no dia 24 de março de 2020, uma Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$30.000. A operação possuía vencimento de 36 meses a partir da data de emissão, sendo liquidada até o vencimento em 25 de fevereiro de 2023. O valor principal foi amortizado em 8 parcelas trimestrais e consecutivas durante a vigência do contrato, pagas todo dia 25 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, a partir de 25 de maio de 2021.

**12.2. Movimentação**

Modalidade	Encargos financeiros	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	3.770	18.883
Apropriação de juros	85	1.507
Pagamento de juros	(97)	(1.562)
Pagamento de principal	(3.758)	(15.058)
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>3.770</b>

**13. Debêntures**

**13.1. Composição**

Modalidade	Encargos financeiros		
	31/12/2023	31/12/2022	
Debêntures - ACEF	Taxa CDI + 1,60 a.a.	140.230	189.978
Debêntures - SECID	Taxa CDI + 1,40 a.a.	180.119	258.318
Debêntures - ACEF	Taxa CDI + 1,35 a.a.	114.109	141.339
Debêntures - SECID	Taxa CDI + 1,40 a.a.	409.489	473.761
		<b>843.947</b>	<b>1.063.396</b>
	Circulante	198.080	232.154
	Não circulante	645.867	831.242

As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia fidejussória, para distribuição pública e com esforços restritos de distribuição, possuem as características a seguir.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 31 de dezembro de 2022	336.569	1.152.355	336.569	1.152.355
Adição de novos contratos/Renovações contratuais	23.671	69.778	23.671	69.778
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	-	(347)	-	(347)
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	12.244	35.132	12.244	35.132
Depreciação no exercício	(38.334)	(127.181)	(38.334)	(127.181)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>334.150</b>	<b>1.129.737</b>	<b>334.150</b>	<b>1.129.737</b>
Direito de uso	482.441	1.587.324	482.441	1.587.324
(-) Depreciação acumulada	(148.291)	(457.587)	(148.291)	(457.587)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>334.150</b>	<b>1.129.737</b>	<b>334.150</b>	<b>1.129.737</b>

(i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	336.749	1.092.179	336.749	1.092.179
Adição de novos contratos/Renovações contratuais	2.528	36.110	2.528	36.110
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	-	(3.663)	-	(3.663)
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	34.242	148.088	34.242	148.088
Depreciação no exercício	(36.950)	(120.359)	(36.950)	(120.359)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>336.569</b>	<b>1.152.355</b>	<b>336.569</b>	<b>1.152.355</b>
Direito de uso	449.928	1.514.471	449.928	1.514.471
(-) Depreciação acumulada	(113.359)	(362.116)	(113.359)	(362.116)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>336.569</b>	<b>1.152.355</b>	<b>336.569</b>	<b>1.152.355</b>

(i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 31 de dezembro de 2022	398.613	1.306.655	398.613	1.306.655
Adição de novos contratos/Renovações contratuais	23.671	69.778	23.671	69.778
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	-	(671)	-	(671)
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	12.244	35.132	12.244	35.132
Contraprestação paga	(65.587)	(212.625)	(65.587)	(212.625)
Apropriação de encargos financeiros	40.789	127.614	40.789	127.614
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>409.730</b>	<b>1.325.883</b>	<b>409.730</b>	<b>1.325.883</b>
Circulante	30.403	107.778	30.403	107.778
Não circulante	379.327	1.218.105	379.327	1.218.105

(i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	383.370	1.203.043	383.370	1.203.043
Adição de novos contratos/Renovações contratuais	2.528	36.110	2.528	36.110
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	-	(4.314)	-	(4.314)
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	34.242	148.088	34.242	148.088
Contraprestação paga	(62.358)	(201.893)	(62.358)	(201.893)
Apropriação de encargos financeiros	40.831	125.621	40.831	125.621
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>398.613</b>	<b>1.306.655</b>		

→ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

## 17. Partes relacionadas: 17.1. Controladora:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<b>Com controladas (I)</b>						
Unicid	172.252	–	–	57.600	–	–
Unifran	45.130	–	–	15.700	–	–
Módulo	8.453	–	–	4.300	–	–
<b>Outras partes relacionadas</b>						
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A. (ii)	–	706	(8.534)	–	693	(8.254)
FP Incorporadora Ltda. (ii)	–	530	(6.423)	–	518	(6.216)
Motriz Participações Ltda. (ii)(iii)	–	98	(1.213)	–	104	(1.233)
Outros (iv)	1.186	–	2.235	–	–	–
	<b>227.021</b>	<b>1.334</b>	<b>(13.935)</b>	<b>77.600</b>	<b>1.315</b>	<b>(15.703)</b>
Partes relacionadas e outros Adto. para futuro aumento de capital	1.186	1.334	–	–	1.315	–
	<b>225.835</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>77.600</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
	<b>227.021</b>	<b>1.334</b>	<b>–</b>	<b>77.600</b>	<b>1.315</b>	<b>–</b>

## 17.2. Consolidado

	31/12/2023			31/12/2022		
	Ativo	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado	
<b>Outras partes relacionadas</b>						
Motriz Participações Ltda. (ii)(iii)	–	1.558	(18.719)	1.384	(16.279)	
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A. (ii)	–	1.078	(12.997)	1.046	(12.486)	
FP Incorporadora Ltda. (ii)	–	530	(6.423)	518	(6.216)	
Outros (iv)	1.186	–	2.235	–	–	
	<b>1.186</b>	<b>3.166</b>	<b>(35.904)</b>	<b>2.948</b>	<b>(34.981)</b>	

(i) Os adiantamentos para futuro aumento de capital correspondem a valores enviados pela Companhia às suas controladas com expectativa de integralização ao seu capital social em um período de até 12 meses, sendo os principais da Unicid e Unifran para pagamento das debêntures (parcelas da 1ª, 2ª e 3ª emissão) e contas a pagar por aquisições de participações societárias. (ii) Refere-se ao montante total das parcelas mensais de aluguel dos seguintes imóveis: campi São Miguel Paulista, Anália Franco e Pinheiros, ginásio de esportes, clínica veterinária, UDF, Módulo e campus CEUNSP - Salto. Os contratos de aluguel celebrados entre as partes possuem prazo de vigência entre 3 e 15 anos, contendo cláusula de prorrogação automática, sendo que todos possuem reajuste anual pelo Índice IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) e IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), tomando como base a data de sua assinatura. A totalidade das obrigações com os respectivos arrendamentos estão demonstradas na Nota 14. Os impactos de resultado correspondem aos juros incorridos sobre passivos de arrendamentos firmados com as respectivas empresas, conforme descrito na Nota 14.2. (iii) A controlada CEUNSP celebrou um contrato de compromisso de compra e venda de um bem imóvel com a Motriz Participações Ltda.; o valor do ganho de capital foi contabilizado como receitas diferidas conforme Nota 21. (iv) A controladora registrou créditos a receber de determinados acionistas.

**17.3. Remuneração dos administradores:** De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, é de responsabilidade da Assembleia Geral fixar o montante global ou individual da remuneração dos administradores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros e diretores estatutários da Companhia foi de R\$9.144 (R\$6.811 em 31 de dezembro de 2022), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas", a qual está dentro dos limites aprovados na Assembleia Geral juntamente com as contas anuais, em consonância com o orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, em setembro de 2020, a Companhia, em função da possibilidade da realização de determinados eventos de liquidez, celebrou acordo de bônus de retenção com alguns membros da Administração. Em 31 de dezembro de 2023, o valor da provisão é de R\$8.112, sendo R\$2.525 no curto prazo e R\$5.587 no longo prazo (R\$12.374 em 31 de dezembro de 2022, sendo R\$4.668 no curto prazo e R\$7.706 no longo prazo).

**17.4. Programa de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações - Phantom Shares e PPR Diferido:** Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2022, foi aprovado o Programa de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações - Phantom Shares e PPR Diferido, que estabelece os termos e as condições para o pagamento de um prêmio em dinheiro, referenciado ao valor da ação da Companhia. O Programa de Incentivo de Longo Prazo concedido pela Cruzeiro do Sul tem o intuito de incentivar seus executivos a tomar decisões, adotar ações e liderar suas equipes para exceder as expectativas de ganhos de capital e retorno de investimentos dos acionistas. Consiste em dois programas distintos - Phantom Shares e PPR Diferido, sendo esse último vinculado à métrica de retorno das ações da Companhia. Os programas de Phantom Shares e PPR Diferido envolvem o pagamento de um valor em caixa ao beneficiário, calculado com base em uma quantidade definida de *units*. As *units* são valores de referência baseados na cotação média da ação da Companhia. Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia outorgou 3.430,020 *units* (1.020,195 na 1ª outorga, em 16 de dezembro de 2022, e 2.409,825 na 2ª outorga, em 16 de agosto de 2023). O programa de PPR Diferido representa 70% das *units* concedidas, no qual a quantidade de *units* de referência para o pagamento em caixa varia conforme o *Total Shareholder Return* (TSR), que deverá ser analisado de duas maneiras: i) comparado a um custo de capital próprio estimado; e ii) comparado com o retorno das ações de um grupo definido de empresas do mesmo setor. Em 31 de dezembro de 2023, o valor do passivo correspondente a esse prêmio está registrado no passivo não circulante na rubrica "Obrigações trabalhistas", e sua contrapartida no resultado, na rubrica "Salários e encargos sociais", no montante de R\$5.375 (R\$788 em 31 de dezembro de 2022). O aumento é decorrente da valorização das ações e de nova outorga.

**17.4.1. Programa de Incentivo de Longo Prazo - Phantom Shares:** O programa de Phantom Shares contempla o direito sobre as *units*, cuja concessão (*grant date*) foi aprovada e registrada em ata da reunião do Conselho de Administração ocorrida em 10 de fevereiro de 2022. Para adquirir o direito de receber o pagamento em caixa referente às *units*, os beneficiários devem permanecer na Companhia por um período de 3 anos (por outorga). O valor da *unit* é definido com base na média ponderada pelo volume dos preços da ação CSED3 (VWAP) na B3, nos 45 pregões anteriores à data da primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrerá no ano de 2025 (1ª outorga) e de 2026 (2ª outorga).

**17.4.2. Programa de Incentivo de Longo Prazo - PPR Diferido:** O objetivo do programa PPR Diferido é alinhar os interesses dos beneficiários com os da Companhia no longo prazo, para garantir a perenidade do negócio e dos resultados alcançados. As regras para cálculo do valor da *unit* são idênticas às do programa de Phantom Shares. Para adquirir o direito de receber o pagamento em caixa das *units*, os beneficiários também devem permanecer na Companhia por um período de 3 anos. Adicionalmente, o programa estabelece uma meta para distribuição de resultados em caixa com base no *Total Shareholder Return* (TSR), que é o ganho percentual do retorno total do capital investido pelo acionista, calculado pela variação do valor da *unit* e adicionados os dividendos distribuídos. O percentual de atingimento das metas, comparado com a performance de mercado de certas partes da Companhia, determinará o valor do incentivo de longo prazo a ser distribuído aos beneficiários. Logo, o PPR Diferido, além de incentivar a permanência do beneficiário nos quadros da Companhia, alinha os pagamentos do programa com a criação de valor para os acionistas. A Companhia mensura os seus respectivos valores justos tomando como base o valor justo dos instrumentos baseados em ações concedidos, pois não consegue mensurar o valor dos serviços recebidos pelos participantes. Para determinação do valor justo dos instrumentos, utilizou-se o método de simulação de Monte Carlo para precificação de ativos, considerando que a ação siga um processo estocástico de Wiener Generalizado com o Lema de Itô, também conhecido como Movimento Browniano. A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido no Plano de Incentivo de Longo Prazo no exercício de 31 de dezembro de 2023 a 31 de dezembro de 2022.

	Quantidade de <i>Units</i>	
	31/12/2023	31/12/2022
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		
Concedidas (1ª Outorga)	–	1.020.195
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		
Canceladas	–	(394.685)
Concedidas (2ª Outorga)	–	2.409.825
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		
		<b>3.035.335</b>

## 18. Adiantamentos de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos de mensalidades (i)	10.577	7.508	41.847	34.891
Adiantamentos do centro de eventos (ii)	–	–	5.702	5.929
<b>Total</b>	<b>10.577</b>	<b>7.508</b>	<b>47.549</b>	<b>40.820</b>
Circulante	10.577	7.508	47.549	40.820

(i) Mensalidades recebidas antecipadamente que serão reconhecidas no resultado de acordo com o regime de competência. (ii) Adiantamentos de clientes recebidos antecipadamente para a realização de eventos no espaço de nossos campi. Esses valores são reconhecidos no momento da realização do evento. **19. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais:** Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a contingências e riscos. A provisão para demanda judicial é estabelecida por valores atualizados para todos os processos de natureza cível, tributária e trabalhista em discussão nas esferas judiciais e administrativas, com base nas opiniões dos consultores jurídicos, sendo provisionados os casos em que a perda é considerada provável. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as contingências provisionadas estão relacionadas aos processos cíveis, tributários e trabalhistas, e demonstradas a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Processos cíveis	3.338	3.578	11.851	11.912
Processos tributários	1.855	630	6.297	4.899
Processos trabalhistas	2.796	5.462	42.774	50.676
<b>Total</b>	<b>7.989</b>	<b>9.670</b>	<b>60.922</b>	<b>67.487</b>

A movimentação da provisão para as demandas judiciais está descrita a seguir.

	Controladora			
	Cíveis (19.1)	Tributários (19.2)	Trabalhistas (19.3)	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>3.249</b>	<b>672</b>	<b>3.926</b>	<b>7.847</b>
Adições	2.073	–	1.122	3.195
Reversões	(364)	(121)	(510)	(995)
Pagamentos	(2.052)	–	–	(2.052)
Atualização monetária	672	79	924	1.675
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>3.578</b>	<b>630</b>	<b>5.462</b>	<b>9.670</b>
Adições	844	1.083	1.180	3.107
Reversões	(903)	–	(1.445)	(2.348)
Pagamentos	(572)	–	(2.840)	(3.412)
Atualização monetária	391	142	439	972
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>3.338</b>	<b>1.855</b>	<b>2.796</b>	<b>7.989</b>

	Consolidado			
	Cíveis (19.1)	Tributários (19.2)	Trabalhistas (19.3)	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>10.987</b>	<b>3.917</b>	<b>50.391</b>	<b>65.295</b>
Adições	4.161	766	4.233	9.160
Reversões	(1.549)	(121)	(3.178)	(4.848)
Pagamentos	(3.817)	–	(2.169)	(5.986)
Atualização monetária	1.337	80	2.578	3.995
Processos ex-mantenedor	793	257	(1.179)	(129)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>11.912</b>	<b>4.899</b>	<b>50.676</b>	<b>67.487</b>
Adições	4.782	1.083	11.850	17.715
Reversões / Transferências (i)	(1.886)	–	(15.582)	(17.468)
Pagamentos	(3.504)	–	(8.741)	(12.245)
Atualização monetária	666	206	2.126	2.998
Processos ex-mantenedor (i)	(119)	109	2.445	2.435
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>11.851</b>	<b>6.297</b>	<b>42.774</b>	<b>60.922</b>

(i) Principalmente transferência de R\$8.155 para processos de responsabilidade de ex-mantenedor. Adicionalmente, tivemos em 2023 reversões em processos trabalhistas de ex-mantenedor no valor de R\$8.556. As obrigações acessórias entregues pela Companhia estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis, também estão sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais. **19.1. Processos cíveis com perda provável:** Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza jurídica e administrativa para suportar as prováveis perdas com essas causas. A Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R\$11.851 em 31 de dezembro de 2023 (sendo R\$11.912 em 31 de dezembro de 2022). As ações que possuem risco provável envolvem, principalmente, pedidos de indenização por falha na prestação de serviços, danos materiais e morais decorrentes de supostas cobranças indevidas ou alegação de vícios nos serviços prestados de natureza acadêmica e operacional, totalizando prováveis perdas no montante de R\$4.767 em 31 de dezembro de 2023 (R\$4.532 em 31 de dezembro de 2022). **Ações relevantes:** O Ministério Público Federal ajuizou uma ação civil pública em 2007 contra a Cruzeiro do Sul, a Unicid e diversas outras universidades do estado de São Paulo questionando a cobrança de taxa de emissão de diploma. A ação foi julgada parcialmente procedente somente para que as universidades não mais cobrassem taxas para expedição de diplomas. Em segunda instância, as universidades foram condenadas também a devolver os valores cobrados de alunos e ex-alunos no período de cinco anos anteriores à citação na ação, acrescidos de juros e correção monetária. Atualmente, aguarda-se o início da fase de liquidação de sentença. **19.2. Processos tributários com perda provável:** Os consultores jurídicos efetuaram levantamento e avaliação das várias ações de natureza jurídica e administrativa tributária. Para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidada) no montante de R\$6.297 em 31 de dezembro de 2023 (sendo R\$4.899 em 31 de dezembro de 2022). Entre as ações que possuem risco provável, há casos em que os objetos se referem a assuntos anteriores à aquisição das controladas Braz Cubas e Positivo pela Companhia, de modo que a responsabilidade dos ex-proprietários está garantida contratualmente. Tais ações totalizam prováveis perdas no montante de R\$3.612 em 31 de dezembro de 2023. Dentro desse montante, destaca-se uma ação contra a Braz Cubas, com valor provisionado de R\$3.529, movida pela União, em que se discute o pagamento da multa de 40% do FGTS diretamente aos empregados, em acordos judiciais ou extrajudiciais, em desconformidade com a legislação, que determina o seu depósito nas contas vinculadas da Caixa Econômica Federal, e a ausência de recolhimento da contribuição rescisória de 10% por ocasião da dispensa sem justa causa de trabalhadores durante a gestão dos antigos acionistas.

**19.3. Processos trabalhistas com perda provável:** Os processos trabalhistas envolvem, principalmente, questionamentos sobre horas extras, supostas férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício e/ou de atividade de docência, equiparação salarial, adicional noturno, intervalo intra e interjornada, diferenças de salário por redução de carga horária de docentes e indenizações por suposto não cumprimento de acordo coletivo. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações trabalhistas, e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração da Companhia mantém (consolidado) a provisão de R\$42.608 em 31 de dezembro de 2023 (R\$50.676 em 31 de dezembro de 2022). **19.4. Contingências prováveis sobre processos de ex-proprietários:** Parte dos processos das controladas refere-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários, anteriores à aquisição pela Companhia. São então contingências de responsabilidade exclusiva dos ex-proprietários, limitada ao dever de indenizar. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nos processos, a Companhia e suas controladas possuem garantias contratuais de ressarcimento. As eventuais perdas definitivas nesses processos serão apuradas e lançadas em conta gráfica para os ressarcimentos, bem como poderão ser compensadas, inclusive, com retenção de pagamentos advindos de contratos de locação celebrados com os ex-proprietários, respeitados os limites e as condições do contrato de compra e venda de quotas celebrado entre as partes.

	Fato gerador		Indenizável	
	Consolidado	ex-proprietários	ex-proprietários	(R\$)
Processos cíveis	11.851	3.857	3.677	
Processos tributários	6.297	3.612	3.612	
Processos trabalhistas	42.774	26.050	23.222	
<b>Total</b>	<b>60.922</b>	<b>33.519</b>	<b>30.511</b>	

Parte dos processos da controlada ACEF avaliados com prognóstico de risco provável refere-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo de responsabilidade desses ex-proprietários, nos termos do contrato de aquisição. Assim, na hipótese de os valores provisionados se converterem em perdas definitivas nesses processos que, no montante total consolidado, excedam o valor de R\$14.000 para perdas materializadas e R\$14.000 para perdas não materializadas, a Companhia possui garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários da ACEF, respeitados os limites e as condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes. Até a data de fechamento das demonstrações financeiras, as contingências da controlada ACEF não haviam excedido os limites contratuais acima mencionados para perdas materializadas e perdas não materializadas. **19.5. Processos com perda possível:** A Companhia possui processos classificados como probabilidade de perda possível, os quais não são provisionados conforme apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Processos cíveis	6.223	6.254	32.834	32.707
Processos tributários	193.439	176.272	246.698	222.238
Processos trabalhistas	2.587	1.026	39.245	51.033
<b>Total</b>	<b>202.249</b>	<b>183.552</b>	<b>318.777</b>	<b>305.978</b>

**19.5.1. Processos cíveis com perda possível:** Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 31 de dezembro de 2023, era de R\$32.834 (R\$32.707 em 31 de dezembro de 2022). Há ações envolvendo, principalmente, obrigação de fazer cumulada com indenização por danos materiais e morais decorrentes de alegação de vícios nos serviços prestados de natureza acadêmica e operacional, totalizando risco de perda possível de R\$15.202 em 31 de dezembro de 2023 (R\$16.487 em 31 de dezembro de 2022). **19.5.2. Processos tributários com perda possível:** Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza jurídica e administrativa tributária com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$246.698 em 31 de dezembro de 2023 (R\$222.238 em 31 de dezembro de 2022). Entre os vários processos tributários com risco de perda possível, podemos destacar os descritos a seguir. Há processos movidos pela Prefeitura do Municipal de São Paulo contra a Controladora, discutindo o cumprimento dos requisitos básicos para a manutenção da imunidade tributária dos períodos de 2008 a 2011, totalizando o valor de R\$159.131. A instituição apresentou defesa em todos os processos, além de garantir integralmente o juízo por meio de seguro garantia. Entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023 foi apurada uma variação no importe de R\$31.457, correspondente à atualização monetária do período. Há processos administrativos movidos pela Receita Federal contra a ACEF discutindo principalmente verbas que integram a base de cálculo para o recolhimento de contribuições sociais e previdenciárias, entre outras, somando ao risco possível o valor de R\$13.008. A instituição apresentou defesa em todos os processos e aguarda-se decisão final administrativa. Existem ainda autos de infração instaurados pela Receita Federal contra a Braz Cubas, nos quais se discutem supostas infrações às normas do ProUni. Foi apresentada impugnação, que foi julgada parcialmente procedente, para reconhecer a decadência da contribuição do período de 1/2008 a 11/2008, com a consequente redução no valor exigido no Auto de Infração. Atualmente aguarda-se o julgamento de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), totalizando o valor de R\$6.924. **19.5.3. Processos trabalhistas com perda possível:** Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza trabalhista com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$39.245 em 31 de dezembro de 2023 (R\$51.033 em 31 de dezembro de 2022). As ações são movidas por ex-funcionários contra a Cruzeiro do Sul e suas controladas pleiteando diferenças salariais por equiparação, desvio de função, horas extras e seus reflexos. **19.5.4. Contingências possíveis sobre processos de ex-proprietários:** Parte dos processos das controladas refere-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários, anteriores à aquisição pela Companhia. São então contingências de responsabilidade exclusivas desses ex-proprietários, limitada ao dever de indenizar. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nos processos, a Companhia e suas controladas possuem garantias contratuais de ressarcimento. As eventuais perdas definitivas nesses processos serão apuradas e lançadas para restituição, bem como poderão ser compensadas, inclusive com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários, respeitados os limites e as condições do contrato de compra e venda de quotas celebrado entre as partes.

	Fato gerador		Indenizável	
	Consolidado	ex-proprietários	ex-proprietários	(R\$)
Processos cíveis	32.834	2.375	2.358	
Processos tributários	246.698	35.544	21.640	
Processos trabalhistas	39.245	20.333	19.056	
<b>Total</b>	<b>318.777</b>	<b>58.252</b>	<b>43.054</b>	

## 19.6. Quantitativo de processos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Processos cíveis	861	705	2.601	2.328
Processos tributários	29	29	130	135
Processos trabalhistas	92	83	499	615
<b>Total</b>	<b>982</b>	<b>817</b>	<b>3.230</b>	<b>3.078</b>

## 19.7. Depósitos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Processos cíveis	455	94	2.851	310
Processos tributários	7.056	5.632	10.842	12.880
Processos trabalhistas	2.142	525	10.878	10.750
<b>Total</b>	<b>9.653</b>	<b>6.251</b>	<b>24.571</b>	<b>23.940</b>

Dentre os depósitos realizados durante o período compreendido, destacam-se aqueles de natureza trabalhista, que versam sobre depósitos recursais, os quais, em caso de eventual condenação, poderão ser abatidos do valor total da condenação nos processos judiciais ajuizados contra a Controladora e suas controladas. **20. Obrigações por aquisições de participações societárias: 20.1. Composição:**

Modalidade	Encargos financeiros	Consolidado	
		31/12/2023	3

-&gt; continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Lucro por ação - Básico	31/12/2023		31/12/2022		Consolidado				31/12/2023		31/12/2022							
	31/12/2023		31/12/2022		31 de dezembro de 2022				31/12/2023		31/12/2022							
Lucro líquido do exercício	100.455		6.606						Ativo									
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	365.978.906		381.102.498						Prejuízos fiscais/Base negativa CSLL (i)		11.518		15.613					
Lucro por ação em R\$	0,2745		0,0173						IR/CS diferido sobre incorporação reversa Santa Rita (ii)		194		2.973					
Lucro por ação - Diluído	31/12/2023		31/12/2022						Arrendamento IFRS 16/CPC 06 (R2)		23.710		20.689					
Lucro líquido do exercício	100.455		6.606						Amortizações mais valia		33.534		33.498					
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	365.978.906		381.102.498						Provisão de contingências		7.404		9.879					
Lucro por ação em R\$	0,2745		0,0173						PECLD		16.877		9.651					
24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos: 24.1. Instrumentos financeiros:									Outras diferenças temporárias do lucro real (iii)		11.030		11.784					
Atividades da Companhia e/ou de suas controladas são expõem a diversos riscos de mercado (incluindo cambial, de taxa de juros de valor justo, de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia e/ou suas controladas apresentam exposições aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros descritos a seguir.									Total tributos diferidos ativos		104.267		104.087					
24.1.1. Risco de mercado:									Passivo									
O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras.									Outras diferenças temporárias do lucro real		(55)		(93)					
24.1.2. Risco de taxa de juros:									Reserva de reavaliação		(15.638)		(16.391)					
Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras, sujeitos a taxas de juros variáveis. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 5, e sobre empréstimos e financiamentos e debêntures nas Notas 12 e 13, respectivamente.									Total diferido passivo		(15.693)		(16.484)					
24.1.3. Sensibilidade à taxa de juros:									Tributos diferidos, líquidos		88.574		87.603					
Os instrumentos financeiros ativos da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais, em 31 de dezembro de 2023, se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia e suas controladas estão ligados à variação do CDI para aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures. No cenário provável, foi considerada a premissa de se manter, na data do vencimento da operação, o que o mercado vem sinalizando através das curvas obtidas através do relatório FOCUS, do Banco Central do Brasil. Dessa maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo do instrumento financeiro. A Companhia e suas controladas consideraram uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco. Para a análise de sensibilidade do passivo de arrendamento, utilizamos como base o IGPM, pois representa, substancialmente, a maioria dos nossos contratos. As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto considerando um ano de correção a partir de 31 de dezembro de 2023.									Controladora		31/12/2022		Efeitos no resultado		31/12/2023			
Cenário em 31 de dezembro de 2023 (Controladora):									Passivo									
	Risco	Taxa	31/12/2023	Provável	25%	50%					Outras diferenças temporárias do lucro real		(93)		(55)			
Operação	Aplicações financeiras (risco de perda em função do CDI)	(CDI 11,65%)	1.360	1.360	1.320	1.281					Total tributos diferidos, líquidos		(93)		(55)			
Equivalentes de caixa (Nota 5)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 11,65%)	843.947	843.947	868.527	893.107					Consolidado		31/12/2022		Efeitos no resultado		31/12/2023	
Passivo de arrendamento (Nota 14)	IGPM e IPCA (i) (3,18%)	409.730	409.730	409.730	409.730					Total tributos diferidos, líquidos		180		104.267				
(i) IGPM acumulado negativo no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2023. Cenário em 31 de dezembro de 2023 (Consolidado)											Passivo							
	Risco	Taxa	31/12/2023	Provável	25%	50%					Outras diferenças temporárias do lucro real		(93)		(55)			
Operação	Aplicações financeiras (risco de perda em função do CDI)	(CDI 11,65%)	522.915	522.915	507.685	492.455					Reserva de reavaliação		(16.391)		753			
Equivalentes de caixa (Nota 5)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 11,65%)	843.947	843.947	868.527	893.107					Total diferido passivo		(16.484)		791			
Debêntures (Nota 13)	IGPM e IPCA (i) (3,18%)	1.325.883	1.325.883	1.325.883	1.325.883					Tributos diferidos, líquidos		87.603		971				
(i) IGPM acumulado negativo no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2023. Cenário em 31 de dezembro de 2023 (Consolidado)											Controladora		31/12/2021		Efeitos no resultado		31/12/2022	
	Risco	Taxa	31/12/2023	Provável	25%	50%					Outras diferenças temporárias do lucro real		(134)		41			
Operação	Aplicações financeiras (risco de perda em função do CDI)	(CDI 11,65%)	522.915	522.915	507.685	492.455					Total tributos diferidos, líquidos		(134)		41			
Equivalentes de caixa (Nota 5)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 11,65%)	843.947	843.947	868.527	893.107					Consolidado		31/12/2021		Efeitos no resultado		31/12/2022	
Debêntures (Nota 13)	IGPM e IPCA (i) (3,18%)	1.325.883	1.325.883	1.325.883	1.325.883					Ativo								
(i) IGPM acumulado negativo no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2023. Cenário em 31 de dezembro de 2023 (Consolidado)											Prejuízos fiscais/Base negativa CSLL		20.137		(4.524)		15.613	
	Risco	Taxa	31/12/2023	Provável	25%	50%					IR/CS diferido sobre incorporação reversa Santa Rita		5.752		(2.779)		2.973	
Operação	Aplicações financeiras (risco de perda em função do CDI)	(CDI 11,65%)	522.915	522.915	507.685	492.455					Arrendamento IFRS 16/CPC 06 (R2)		17.364		3.325		20.689	
Equivalentes de caixa (Nota 5)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 11,65%)	843.947	843.947	868.527	893.107					Amortizações mais valia		33.463		35		33.498	
Debêntures (Nota 13)	IGPM e IPCA (i) (3,18%)	1.325.883	1.325.883	1.325.883	1.325.883					Provisão de contingências		8.157		1.722		9.879		
(i) IGPM acumulado negativo no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2023. Cenário em 31 de dezembro de 2023 (Consolidado)											PECLD		9.650		50		9.651	
	Risco	Taxa	31/12/2023	Provável	25%	50%					Outras diferenças temporárias do lucro real		6.040		5.744		11.784	
Operação	Aplicações financeiras (risco de perda em função do CDI)	(CDI 11,65%)	522.915	522.915	507.685	492.455					Total tributos diferidos ativos		100.514		3.573		104.087	
Equivalentes de caixa (Nota 5)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 11,65%)	843.947	843.947	868.527	893.107					Passivo							
Debêntures (Nota 13)	IGPM e IPCA (i) (3,18%)	1.325.883	1.325.883	1.325.883	1.325.883					Outras diferenças temporárias do lucro real		(134)		41		(93)		
(i) IGPM acumulado negativo no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2023. Cenário em 31 de dezembro de 2023 (Consolidado)											Reserva de reavaliação		(17.144)		753		(16.391)	
	Risco	Taxa	31/12/2023	Provável	25%	50%					Total diferido passivo		(17.278)		794		(16.484)	
Operação	Aplicações financeiras (risco de perda em função do CDI)	(CDI 11,65%)	522.915	522.915	507.685	492.455					Tributos diferidos, líquidos		83.236		4.367		87.603	
Equivalentes de caixa (Nota 5)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 11,65%)	843.947	843.947	868.527	893.107					Controladora		31/12/2021		Efeitos no resultado		31/12/2022	
Debêntures (Nota 13)	IGPM e IPCA (i) (3,18%)	1.325.883	1.325.883	1.325.883	1.325.883					Outras diferenças temporárias do lucro real		(134)		41		(93)		
(i) IGPM acumulado negativo no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2023. Cenário em 31 de dezembro de 2023 (Consolidado)											Reserva de reavaliação		(17.144)		753		(16.391)	
	Risco	Taxa	31/12/2023	Provável	25%	50%					Total diferido passivo		(17.278)		794		(16.484)	
Operação	Aplicações financeiras (risco de perda em função do CDI)	(CDI 11,65%)	522.915	522.915	507.685	492.455					Tributos diferidos, líquidos		83.236		4.367		87.603	
Equivalentes de caixa (Nota 5)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 11,65%)	843.947	843.947	868.527	893.107					Controladora		31/12/2021		Efeitos no resultado		31/12/2022	
Debêntures (Nota 13)	IGPM e IPCA (i) (3,18%)	1.325.883	1.325.883	1.325.883	1.325.883					Outras diferenças temporárias do lucro real		(134)		41		(93)		
(i) IGPM acumulado negativo no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2023. Cenário em 31 de dezembro de 2023 (Consolidado)											Reserva de reavaliação		(17.144)		753		(16.391)	
	Risco	Taxa	31/12/2023	Provável	25%	50%					Total diferido passivo		(17.278)		794		(16.484)	
Operação	Aplicações financeiras (risco de perda em função do CDI)	(CDI 11,65%)	522.915	522.915	507.685	492.455					Tributos diferidos, líquidos		83.236		4.367		87.603	
Equivalentes de caixa (Nota 5)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 11,65%)	843.947	843.947	868.527	893.107					Controladora		31/12/2021		Efeitos no resultado		31/12/2022	
Debêntures (Nota 13)	IGPM e IPCA (i) (3,18%)	1.325.883	1.325.883	1.325.883	1.325.883					Outras diferenças temporárias do lucro real		(134)		41		(93)		
(i) IGPM acumulado negativo no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2023. Cenário em 31 de dezembro de 2023 (Consolidado)											Reserva de reavaliação		(17.144)		753		(16.391)	
	Risco	Taxa	31/12/2023	Provável	25%	50%					Total diferido passivo		(17.278)		794		(16.484)	
Operação	Aplicações financeiras (risco de perda em função do CDI)	(CDI 11,65%)	522.915	522.915	507.685	492.455					Tributos diferidos, líquidos		83.236		4.367		87.603	
Equivalentes de caixa (Nota 5)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 11,65%)	843.947	843.947	868.527	893.107					Controladora		31/12/2021		Efeitos no resultado		31/12/2022	
Debêntures (Nota 13)	IGPM e IPCA (i) (3,18%)	1.325.883	1.325.883	1.325.883	1.325.883					Outras diferenças temporárias do lucro real		(134)		41		(93)		
(i) IGPM acumulado negativo no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2023. Cenário em 31 de dezembro de 2023 (Consolidado)											Reserva de reavaliação		(17.144)		753		(16.391)	
	Risco	Taxa	31/12/2023	Provável	25%	50%					Total diferido passivo		(17.278)		794		(16.484)	
Operação	Aplicações financeiras (risco de perda em função do CDI)	(CDI 11,65%)	522.915	522.915	507.685	492.455					Tributos diferidos, líquidos		83.236		4.367		87.603	
Equivalentes de caixa (Nota 5)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 11,65%)	843.947	843.947	868.527	893.107					Controladora		31/12/2021		Efeitos no resultado		31/12/2022	
Debêntures (Nota 13)	IGPM e IPCA (i) (3,18%)	1.325.883	1.325.883	1.325.883	1.325.883					Outras diferenças temporárias do lucro real		(134)		41		(93)		
(i) IGPM acumulado negativo no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2023. Cenário em 31 de dezembro de 2023 (Consolidado)											Reserva de reavaliação		(17.144)		753		(16.391)	
	Risco	Taxa	31/12/2023	Provável	25%	50%					Total diferido passivo		(17.278)		794		(16.484)	
Operação	Aplicações financeiras (risco de perda em função do CDI)	(CDI 11,65%)	522.915	522.915	507.685	492.455					Tributos diferidos, líquidos		83.236		4.367		87.603	
Equivalentes de caixa (Nota 5)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 11,65%)	843.947	843.947	868.527	893.107					Controladora		31/12/2021		Efeitos no resultado		31/12/2022	
Debêntures (Nota 13)	IGPM e IPCA (i) (3,18%)	1.325.883	1.325.883	1.325.883	1.325.883					Outras diferenças temporárias do lucro real		(134)		41		(93)		
(i) IGPM acumulado negativo no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2023. Cenário em 31 de dezembro de 2023 (Consolidado)											Reserva de reavaliação		(17.144)		753		(16.391)	
	Risco	Taxa	31/12/2023	Provável	25%	50%					Total diferido passivo		(17.278)		794		(16.484)	
Operação	Aplicações financeiras (risco de perda em função do CDI)	(CDI 11,65%)	522.915	522.915	507.685	492.455					Tributos diferidos, líquidos		83.236		4.367		87.603	
Equivalentes de caixa (Nota 5)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 11,65%)	843.947	843.947	868.527	893.107					Controladora		31/12/2021		Efeitos no resultado		31/12/2022	
Debêntures (Nota 13)	IGPM e IPCA (i) (3,18%)	1.325.883	1.325.883	1.325.883	1.325.883					Outras diferenças temporárias do lucro real		(134)		41		(93)		
(i) IGPM acumulado negativo no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2023. Cenário em 31 de dezembro de 2023 (Consolidado)											Reserva de reavaliação		(17.144)		753		(16.391)	
	Risco	Taxa	31/12/2023	Provável	25%	50%					Total diferido passivo		(17.278)		794		(16.484)	
Operação	Aplicações financeiras (risco de perda em função do CDI)	(CDI 11,65%)	522.915	522.915	507.685	492.455					Tributos diferidos, líquidos		83.236		4.367		87.603	
Equivalentes de caixa (Nota 5)	Dívida (risco de aumento de juros/dí																	

-★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas sobre aplicações financeiras	30.734	70.827	89.512	116.888
Juros e encargos recebidos sobre mensalidades	1.891	944	7.113	3.905
Outras receitas	703	285	7.237	7.183
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>33.328</b>	<b>72.056</b>	<b>103.862</b>	<b>127.976</b>
<b>28.2. Despesas financeiras</b>				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Encargos financeiros sobre debêntures	-	-	(132.199)	(146.000)
Juros sobre passivo de arrendamento	(40.789)	(40.831)	(127.614)	(125.621)
Financiamentos estudantis, descontos concedidos e encargos financeiros sobre cartões de crédito	(16.639)	(14.304)	(76.138)	(72.745)
Juros sobre obrigações a pagar de aquisição de controladas	-	-	(48.635)	(45.694)
Garantias, comissões bancárias e parcelamentos	(2.686)	(2.115)	(23.806)	(24.796)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(85)	(1.507)
Ajuste a valor presente	(76)	(791)	543	(8.820)
Outras despesas financeiras	(1.005)	(3.326)	(3.711)	(6.399)
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(61.195)</b>	<b>(61.367)</b>	<b>(411.645)</b>	<b>(431.582)</b>

**29. Transações que não afetam o caixa:** A Companhia realizou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, apresentadas a seguir:

	31/12/2023	
	Controladora	Consolidado
Imobilizado:		
Varição no saldo de fornecedores a pagar	1.505	7.084
Adição de arrendamentos (IFRS 16/CPC 06 (R2))	23.671	69.778
Baixa de arrendamentos (IFRS 16/CPC 06 (R2))	-	(347)
	<b>25.176</b>	<b>76.515</b>
Intangível:		
Varição no saldo de fornecedores a pagar	1	8
	<b>1</b>	<b>8</b>
Imposto de renda e contribuição social:		
Compensação de impostos diferidos	-	180
	-	<b>180</b>
Passivos assumidos na combinação de negócios:		
Garantias de ex-mantenedor	-	(2.435)
	-	<b>(2.435)</b>

**30. Seguros:** A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes (não auditado) para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A tabela a seguir apresenta as importâncias seguradas em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	31/12/2023	31/12/2022
Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza	2.017.781	2.055.370
Perda ou pagamento de aluguel	84.000	84.000
Impacto de veículo terrestre e demais, aéreo e/ou espacial	60.000	60.000
Roubo de bens	2.730	2.730
Danos elétricos	24.000	24.000
Outros	221.110	132.740

**31. Eventos subsequentes:** O Conselho de Administração, em reunião realizada em 12 de janeiro de 2024, acolheu a renúncia do Sr. Rodrigo Capelato ao cargo de membro independente do Conselho de Administração e ao cargo de membro efetivo do Comitê de Auditoria da Companhia. Nomeou, *ad referendum* da Assembleia Geral a ser convocada, o Sr. Silvío José Genesini Junior, que ocupará o cargo de membro independente do Conselho de Administração e de membro efetivo do Comitê de Auditoria da Companhia, em substituição ao membro renunciante, para um mandato de dois anos.

Conselho de Administração				Diretoria		Contador
Wolfgang Stephan Schwerdtle - Presidente						
Fernando Padovese Patrícia Ferreira Figueiredo	Carlos Alberto Nogueira Pires da Silva Renato Russo	Renato Padovese Silvio Genesini	Fábio Ferreira Figueiredo Gustavo Celliet Marques	Fábio Marcel Fossen - Diretor Presidente	Felipe Coragem Negro - Diretor Financeiro e Administrativo	Luis Felipe Bresaola - Diretor de Relação com Investidores
				Afonso Celso Florentino de Oliveira		CRC: 1MG-071304/O-7 "T" SP

### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Cruzeiro do Sul Educacional S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. ("Companhia", "Individual" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA**

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** **Reconhecimento de receita (Notas 2.18 e 26):** A principal fonte de receita da Companhia e de suas controladas advém da cobrança de mensalidades de pessoas físicas (alunos) matriculadas semestralmente nos cursos regulares de graduação, pós-graduação, cursos técnicos e colégio. Essas receitas são decorrentes de um grande volume de transações, mas que, individualmente, são de baixo valor, aumentando a importância dos controles internos da Companhia e de suas controladas, bem como o rigor na gestão financeira e a adequada manutenção de um cadastro atualizado de alunos. Consideramos que o reconhecimento de receita permanece como uma área de foco em nossa auditoria, especialmente quanto ao tema do registro adequado, existência e totalidade da carteira de alunos. Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos relativos a esse assunto: • Efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia e suas controladas, para o processo de matrículas, definição de tabela de preços, emissão de cobranças e registro contábil das mensalidades. • Inspecionamos, por amostragem, contratos firmados com alunos, comprovantes de recebimento, relatórios de frequência e de notas dos alunos, inclusive aqueles matriculados por meio do FIES, para análise das condições contratuais e documentos cadastrais dos alunos vinculados, assim como verificamos o recebimento subsequente das mensalidades selecionadas na amostra. • Realizamos as reconciliações dos relatórios auxiliares de faturamento com os respectivos registros contábeis. Os resultados dos nossos procedimentos indicam que os processos para o reconhecimento de receitas, estão suportados por documentação hábil e estão razoáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Avaliação da redução do valor recuperável (impairment) dos ágios e intangíveis de vida útil indefinida (Notas 2.2, 2.10, 2.11 e 11):** A Companhia tem registrado em seu ativo intangível no Consolidado, ágios fundamentados em expectativas de rentabilidade futuras e intangíveis de vida útil indefinida decorrentes de aquisição de negócios, no valor de R\$ 1.363.169 mil. A Companhia realizou o teste anual de impairment dos ágios e dos intangíveis de vida útil indefinida, incluindo testes de recuperabilidade dos montantes oriundos das combinações de negócios. A Companhia efetuou o referido teste utilizando o modelo de valor em uso, que consiste na determinação do valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros de cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Consideramos que este assunto continua como uma área de foco de nossa auditoria pois, além da relevância do saldo, é uma área que envolve estimativas críticas e julgamentos por parte da administração da Companhia na determinação das premissas e projeções efetuadas que, se alteradas, podem modificar significativamente as perspectivas de recuperabilidade da UGC, com consequente impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Entendimento dos controles internos relevantes relacionados com a preparação dos fluxos de caixa descontados da unidade geradora de caixa à qual os ágios e os intangíveis de vida útil indefinida foram alocados; • Em conjunto

com nossos especialistas em avaliação, analisamos a razoabilidade e consistência do modelo de cálculo utilizado pela administração para preparar as projeções, bem como os dados e premissas utilizados na preparação dos fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento e estimativas de rentabilidade, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e taxas de desconto, considerando na nossa avaliação o custo de capital para a Companhia e organizações comparáveis; • Testamos a precisão matemática dos cálculos e dados das principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa; • Efetuamos análise de sensibilidade para as principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis; • Avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas; Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas. **Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Notas 2.4 e 25):** A Companhia apresenta registrado no ativo não circulante do Consolidado, saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, no valor total de R\$ 104.267 mil, considerados recuperáveis com base em projeção de lucros tributáveis futuros. A estimativa de lucros tributáveis futuros requer avaliação de estimativas e julgamentos da administração, bem como interpretação de leis específicas do negócio da Companhia e de suas controladas. O valor recuperável dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas de projeção dos lucros tributáveis futuros, o que pode impactar o valor do ativo fiscal diferido reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, como também o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Controladora. Por esses motivos, mantivemos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros: • Revisão da base dos créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, e das diferenças temporárias. • Em conjunto com nossos especialistas em avaliação e impostos, avaliamos as principais premissas adotadas pela administração contidas no estudo de projeções de lucros tributários futuros apresentadas, incluindo a evolução da receita, custos e despesas, a consistência dessas variáveis com o plano de negócio, as projeções de realizações das diferenças temporárias, bem como as projeções de fluxo de caixa. • Testamos os prazos de realização considerados nas análises e os dados históricos das controladas cujos créditos tributários diferidos ativos foram registrados, para corroborar a adequação e a consistência dessas estimativas de realização em relação àquelas utilizadas em exercícios anteriores. Como resultado desses procedimentos, não identificamos aspectos relevantes que nos levassem a considerar ser necessário modificações nos valores registrados e informações divulgadas nas demonstrações financeiras. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando

aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

	São Paulo, 28 de março de 2024
<b>PricewaterhouseCoopers</b> Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5	Vinicius Ferreira Britto Rego Contador CRC 1BA024501/O-9



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>